

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Segurança Alimentar e Nutricional

Período de Análise: novembro de 2010.

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico Biodiesel Br
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto é Dinheiro Rural
Agroanalysis
Carta Capital
Biodiesel Br

Índice

Mais um mês de altas de preços de commodities - Fernando Lopes - Valor Econômico – Agronegócios – 01/11/2010.....	4
In-segurança alimentar – Roberto Rodrigues - Folha de São Paulo – Mercado – 06/11/2010.....	6
Programas de segurança alimentar e nutricional recebem mais de R\$ 33,5 milhões do MDS – Sítio eletrônico do MDS - 10/11/2010.....	8
Inflação dos alimentos ganha fôlego - Fernando Lopes e Juliana Ennes – Valor Econômico – Capa – 10/11/2010.....	9
Alimentos vão pressionar inflação até 20 - Fernando Lopes e Juliana Ennes – Valor Econômico – Brasil – 10/11/2010.....	10
Conab venderá estoque para combater inflação - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 11/11/2010.....	12
Erradicar pobreza custaria mais R\$ 21 bi – Fernando Canzian – Folha de São Paulo – Poder – 14/11/2010.....	14
Acabar com a miséria é exequível, com um empurrão das mulheres – Lena Lavinas – Folha de São Paulo – Poder – 14/11/2010.....	15
No litoral de AL, casal almoça uma lata de sardinha – Fábio Guibu e Anna Virgínia Balloussier – Folha de São Paulo – Poder- 14/11/2010.....	16
Até ministério acha R\$ 140 pouco para "definir" pobre – Folha de São Paulo – Poder – 14/11/2010.....	17
MDS destina mais R\$ 33,5 milhões a programas de segurança alimentar e nutricional – Sítio eletrônico do MDS – 16/11/2010.....	18
Certificação reduz a pobreza rural – Fernanda Yoneya – Estado de São Paulo – Caderno Agrícola – 17/11/2010.....	20
China vai controlar preços e especulação de alimentos – Valor Econômico – Internacional – 17/11/2010.....	20
Alimentos: É a volta da carestia? - Sítio eletrônico Biodiesel Br – 18/11/2010.....	22
FAO prevê alta de até 20% nos alimentos em 2011 – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia – 18/11/2010.....	23
Alimentos subirão ainda mais em 2011, prevê FAO – Valor Econômico – Agronegócios – 18/11/2010.....	23
Mais Alimentos e PAA fortalecem cooperação Brasil-África – Sítio Eletrônico do MDA - 18/11/2010.....	25
PAA estimula o fortalecimento da agricultura familiar no Rio Grande do Sul – Sítio eletrônico do MDA - 19/11/2010.....	27
Países pobres irão pagar 11% a mais por alimentos – Paulo Daniel – Carta Capital – 22/11/2010.....	29
MDA apresenta avanços do Mais Alimentos a empresas de máquinas e implementos agrícolas – Sítio Eletrônico do MDA - 22/11/2010.....	30
Avanços na segurança alimentar mostrados em encontro do Consea – Sítio eletrônico do MDS - 23/11/2010.....	32
PAA beneficia assentados da reforma agrária – Sítio Eletrônico do MDS – 23/11/2010.....	32
Cassel destaca a importância do PAA para o meio rural – Sítio Eletrônico do MDA – 24/11/2010.....	33

Cassel destaca a importância do PAA para o meio rural – Sítio Eletrônico do MDA - 24/11/2010.....	34
Especialistas enfatizam papel do PAA para a segurança alimentar no País – Sítio eletrônico do MDS - 24/11/2010	36
Alimentos podem fazer inflação fechar o ano próxima a 6% - Sergio Lamucci – Valor Econômico – Brasil – 24/11/2010	37
Produção de alimentos se torna fator estratégico – Sítio Eletrônico do MAPA – 25/11/2010	39
MDA amplia alcance do Programa Mais Alimentos – Sítio Eletrônico do MDA - 25/11/2010	40
Lula: PAA fortalece a agricultura familiar e a soberania alimentar – Sítio Eletrônico do MDA - 25/11/2010	41
Para Lula, PAA fortalece agricultura familiar e cumpre papel na soberania alimentar – Sítio Eletrônico do MDS – 25/11/2010.....	43
Seminário debate desafios e estratégias para consolidação do PAA – Sítio Eletrônico do MDA - 26/11/2010	45
Cai pela metade número de extremamente pobres com insegurança alimentar grave – Sítio Eletrônico do MDS – 26/11/2010.....	46
O Programa de Aquisição de Alimentos como estratégia da soberania alimentar entre povos e comunidades tradicionais – Sítio eletrônico do MDS – 26/11/2010.....	48
Fome ainda atinge 11,2 milhões no País – <i>Felipe Werneck</i> - Estado de São Paulo – Nacional – 27/11/2010.....	49
Insegurança alimentar caiu mais no Nordeste e nas áreas rurais - Estado de São Paulo – Nacional – 27/11/2010.....	51
Farinha ajuda a disfarçar a falta de feijão com arroz – Angela Lacerda - Estado de São Paulo – Nacional – 27/11/2010.....	52
Onze milhões de barriga vazia - Cássia Almeida, Clarice Spitz e Isabela Martin – O Globo – Economia – 27/11/2010	52
Maranhão e Santa Catarina são os dois contrastes da fome no Brasil – Raimundo Garrone e Juraci Perboni – O Globo – Economia – 27/11/2010	54
Crianças, pretos e mulheres: as maiores vítimas - Cássia Almeida e Efrém Ribeiro – O Globo – Economia – 27/11/2010	54

Mais um mês de altas de preços de commodities - Fernando Lopes - Valor Econômico – Agronegócios – 01/11/2010

Das oito principais commodities negociadas pelo país no exterior, apenas o trigo caiu em outubro

A combinação entre problemas na oferta em alguns países exportadores, demanda internacional aquecida e dólar ainda cambaleante resultou em novas valorizações para quase todas as principais commodities agrícolas negociadas pelo Brasil no exterior em outubro.

Cálculos do Valor Data baseados nas médias mensais dos contratos de segunda posição de entrega (normalmente a de maior liquidez) de oito produtos negociados nas bolsas de Chicago (milho, trigo e soja) e Nova York (açúcar, algodão, cacau, café e suco de laranja) mostram que, em relação a setembro, apenas o trigo recuou. Para os demais, altas ou mesmo disparadas.

O movimento animou produtores e agroindústrias exportadoras, que voltaram sentir o peso das oscilações ascendentes no bolso no terceiro trimestre. Ao mesmo tempo, manteve os preços dos alimentos em geral sob pressões altistas, com reflexos inflacionários em diversos países, inclusive no Brasil, onde o câmbio limita os ganhos.

“A demanda por nossos principais produtos está forte, e o mundo precisa de uma produção agrícola maior e um comércio mais eficiente para atender às necessidades dos consumidores finais e aos deslocamentos provocados por adversidades climáticas em algumas regiões produtoras”, disse o brasileiro Alberto Weisser, CEO da americana Bunge, na divulgação dos resultados da companhia no terceiro trimestre, na quinta-feira.

A Bunge é uma das maiores tradings de grãos do mundo. No Brasil, onde passou a investir também no segmento sucroalcooleiro nos últimos anos, é a principal exportadora do agronegócio. E não está sozinha nas comemorações ou na identificação dos riscos de uma onda de altas marcada por elevada volatilidade.

No início de outubro, quando apresentou os sólidos resultados da também americana Cargill no primeiro trimestre do exercício 2011 (encerrado em 31 de agosto), o CEO da maior trading de grãos do planeta, Greg Page, realçou os desafios de administrar os riscos embutidos nas fortes oscilações das cotações e nas necessidades do grupo de garantir matérias-primas para seus negócios.

Empresas como Cargill e Bunge, bem como companhias a montante da cadeia produtiva, como a canadense Potash, líder global em fertilizantes que também exultou com seu desempenho global no trimestre entre julho e setembro, foram particularmente beneficiadas pelas explosões dos preços de milho, soja e algodão em outubro.

A disparada de maior impacto foi a do milho, que ajudou a puxar a soja e a evitar que a queda do trigo, que foi às alturas em setembro graças à problemas na oferta na Rússia e arredores, tenha sido de apenas 1,72%. Em relação à média de dezembro, o trigo ainda acumula alta de 31,62%; sobre outubro do ano passado, a escalada aponta para um degrau 40,24% mais elevado.

Segundo o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), a produtividade das lavouras americanas de milho será menor que a esperada nesta safra 2010/11, que está sendo colhida, ao mesmo tempo que as importações chinesas tendem a crescer por uma necessidade de recomposição de estoques e que o fenômeno climático La Niña ameaça o rendimento das plantações no Hemisfério Sul.

A equação produziu um preço médio 12,21% maior em Chicago em outubro na comparação com setembro e, segundo o Valor Data, ampliou para 36,49% a valorização acumulada em relação à média de dezembro e para 44,99% o salto sobre outubro do ano passado.

Também referenciada em Chicago, a soja, carro-chefe do campo brasileiro, foi influenciada basicamente pelos mesmos fatores que sustentaram o milho, e fechou o mês com cotação média 9,63% maior que em setembro.

Na comparação com a média de dezembro, o valor foi 12,81% superior, e em relação a outubro de 2009, o ganho chegou a 21,10%.

Relatório do Conselho Internacional de Grãos (IGC, na sigla em inglês), confirma que o foco nesse mercado ficou mesmo no milho em outubro, ainda que o arroz também tenha explodido com o clima adverso no Sudeste Asiático. Além de validar os fatores já apresentado, o IGC chama a atenção para os efeitos altistas das curvas ascendentes das commodities nos fretes marítimos.

A entidade trabalha com um cenário de aumento de 1,5% no consumo mundial de grãos na temporada 2010/11, para 1,785 bilhão de toneladas.

Nesse horizonte, diz o IGC, os estoques globais tendem a cair 54 milhões de toneladas, para 345 milhões.

Na sexta-feira, a União Europeia informou que vai vender 2,8 milhões de toneladas dos estoques de trigo de má qualidade até junho.

Fundamentos, portanto, que tendem a manter as cotações sustentadas e a continuar atraindo o interesse cada vez mais voraz de grandes fundos de investimentos que começaram a “descobrir” as commodities agrícolas em meados desta década.

As apostas desses fundos nos grãos estão em níveis recordes, acima inclusive de meados de 2008, quando soja e milho atingiram máximas históricas. E, a depender do dólar, a corrida para os agrícolas poderá se acelerar. Na sexta-feira, havia uma expectativa de que uma nova injeção de recursos na economia dos EUA pudesse enfraquecer mais o dólar e acirrar a guerra cambial tão comentada em outubro.

Outros produtos, inclusive os de liquidez superior à das agrícolas, também têm sido

beneficiados pelos mesmos movimentos financeiros.

São os casos do petróleo, estrela maior entre as commodities cujo preço médio em outubro foi 7,67% superior ao de setembro em Nova York, e do ouro, que na comparação e na mesma bolsa, subiu 5,48%.

Entre as chamadas “soft commodities”, cuja referência maior é a bolsa de Nova York, a valorização das cotações também continua firme, alimentada também por demanda firme, ameaças à oferta e investimentos especulativos. O algodão liderou os ganhos na comparação com as médias de setembro, com salto de 13,83%, e foi seguido por açúcar (8,63%), cacau (3,01%), café (1,47%) e suco de laranja (0,90%).

Mesmo aqueles que registraram variações menores seguem com preços acima das médias históricas.

Exceto pelo cacau, todas as demais commodities agrícolas nova-iorquinas acumulam altas em relação às médias de dezembro e às médias de outubro do ano passado. Em 12 meses, a maior entre todas as commodities, inclusive as de Chicago, é o algodão, que supera 61% (ver gráficos).

In-segurança alimentar – Roberto Rodrigues - Folha de São Paulo – Mercado – 06/11/2010

A RECENTE DISPARADA dos preços dos alimentos trouxe de volta uma discussão que andava meio adormecida: a segurança alimentar. De fato, a carestia da comida faz populações de baixa renda terem maior dificuldade de obter o essencial para garantir a sobrevivência. Dois fatores são responsáveis pelos aumentos: a produção mundial cresceu menos do que a demanda e fundos realizaram especulação. O menor aumento de produção, por sua vez, se deveu basicamente a situações de seca na Europa central e na Austrália (frustrando duramente as safras de trigo, elevando os preços do cereal e, por consequência, os do milho, os da soja e os das proteínas animais) e, no hemisfério Sul, quebrando as colheitas de cana-de-açúcar, de café e de laranja.

Com isso, os estoques mundiais diminuíram, enquanto a demanda continuou crescendo no pós-crise, especialmente nos países emergentes. Aí veio a especulação, agora ampliada pela notícia de que a safra norte-americana não será tão grande quanto se esperava.

A volatilidade dos preços agrícolas é uma característica desse setor, o que determinou, ao longo da história, particularmente depois da Segunda Guerra Mundial, políticas públicas estabelecidas por governos com o objetivo de garantir a segurança alimentar. Foi a Europa, castigada pela fome durante a Guerra, que decidiu nunca

mais passar pela tragédia da escassez e criou, em 1957, a PAC (Política Agrícola Comunitária), lastreada em pesados subsídios para seus produtores rurais. Funcionou, e a Europa, importadora de alimentos, virou grande exportadora. Mas os subsídios se transformaram num feitiço contra o feiticeiro. Agora, mais de 50 anos depois, com a economia globalizada, os agricultores europeus não conseguem competir com seus colegas dos países tropicais, porque estes incorporaram novas tecnologias e aumentaram a produtividade, especialmente o Brasil e a Argentina. Por isso, não podem mais ficar sem subsídios, que também passaram a ser aplicadas por outros países ricos, especialmente os Estados Unidos e o Japão, o que inibiu o comércio mundial a tal ponto que a OMC, na Rodada Doha, estabelecida para implementar esse comércio, não conseguiu mais avançar. Instituições governamentais, ONGs e organizações privadas estão debatendo intensamente medidas para garantir a segurança alimentar. E a receita é sempre a mesma: abrir o mercado via negociações multilaterais ou bilaterais; coordenar mecanismos governamentais que restrinjam as exportações (modelo adotado pela Argentina e que resultou em um desastre econômico: taxadas as exportações, os preços subiram internamente, ao contrário do esperado); constituição de estoques mundiais e/ou regionais (que acabam rebaixando preços); programas de ajuda alimentar, como a Europa fez com a África; redes de segurança (para proteger os mais vulneráveis) e assim por diante. Tudo muito interessante, mas a questão da segurança alimentar tem de ser tratada em três pontos: renda para o produtor continuar na atividade sustentavelmente, renda para o consumidor comprar o que precisa e estrutura de comércio (incluindo distribuição) adequada.

É nesses três pontos centrais que os governos devem atuar com políticas públicas efetivas. O resto ajuda, é claro, mas de forma subsidiária. Dos três, o mais frágil (mas que demanda estratégia de Estado) é a estabilidade de renda do produtor. Os mecanismos são superconhecidos: crédito farto e barato, seguro rural eficiente, preços de garantia, rol já praticado por diversos países. A renda para o consumidor depende de investimentos que gerem empregos bem remunerados, o que não se faz de uma hora para outra. E, enquanto isso, programas como o Bolsa Família fazem um bom serviço. O problema é sair deles, assim como dos subsídios dos países ricos aos seus produtores. As regras de comércio só precisam ser fixadas pelo governo, sem intervenção. Não é tão complicado: mas é preciso ter vontade política.

ROBERTO RODRIGUES, 67, coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior do Agronegócio da Fiesp e professor do Departamento de Economia Rural da Unesp -Jaboticabal, foi ministro da Agricultura (governo Lula). Escreve aos sábados, a cada 15 dias, nesta coluna.

rr.ceres@uol.com.br

Programas de segurança alimentar e nutricional recebem mais de R\$ 33,5 milhões do MDS – Sítio eletrônico do MDS - 10/11/2010

Ministério repassou valores estabelecidos em convênios firmados em 2009 e 2010 com Estados e municípios das regiões Norte, Nordeste e Sudeste. Esse dinheiro deve ser empregado no programas de Cisternas, em projetos de Povos e Comunidades Tradicionais e na compra da produção da agricultura familiar.

Brasília, 10 – O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) repassou, nesta semana, R\$ 33.531.685,83 para 14 convênios firmados com estados, municípios e a Coordenadoria de Conveniência com o Semiárido na área de segurança alimentar e nutricional. São ações de construção de cisternas, de apoio a projetos em comunidades tradicionais e consórcios públicos e de compra da produção da agricultura familiar.

Esses convênios foram firmados em 2009 e 2010 por meio de editais públicos e beneficiam famílias nas regiões Norte, Nordeste e Sudeste.

Cisternas – Para a construção de cisternas no Semiárido brasileiro, as prefeituras de Igaraci e Floresta, ambas em Pernambuco, e a Coordenadoria de Conveniência com o Semiárido no Piauí receberam juntas R\$ 3.788.360,24. Para os dois municípios pernambucanos, os pagamentos foram referentes à segunda parcela do convênio: R\$ 382.133,04 para Igaraci e R\$ 548.667,20 para Floresta. Para o Piauí, o pagamento foi feito em parcela única de R\$ 2.857.560. Igaraci já possui 303 unidades construídas, e Floresta, 230. Em todo o Estado do Piauí, 29.921 domicílios já possuem cisternas.

A cisterna é uma tecnologia popular para a captação de água da chuva que escorre do telhado da casa para as calhas e cai direto na cisterna, onde é armazenada. Com capacidade para 16 mil litros, supre a necessidade de consumo de uma família de cinco pessoas por um período de estiagem de oito meses. Dessa forma, o sistema de armazenamento representa uma solução de acesso à água para a população rural de baixa renda do Semiárido brasileiro. Além da melhoria na qualidade da água consumida, a cisterna reduz o aparecimento de doenças em adultos e crianças e evita o deslocamento por longas distâncias para buscar água em açudes, poços e barreiros.

Comunidades Tradicionais – O MDS apoia povos e comunidades tradicionais no desenvolvimento de projetos específicos, definidos por meio de editais públicos, que auxiliam as famílias a produzirem alimentos de qualidade com regularidade e em quantidade suficiente para seu consumo. Também são desenvolvidas oportunidades de trabalho e geração de renda.

Para convênios firmados com quatro estados foram repassados um total de R\$ 1.206.111,99 em parcelas únicas: R\$ 226.820,75 para a Paraíba, R\$ 199.980 mil para o Maranhão, R\$ 393.500,24 para Minas Gerais e R\$ 385.811 mil para o Pará.

Essas ações estão previstas no plano que estabelece as prioridades de intervenção elaborado pela Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, juntamente com as demandas oriundas do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e da Comissão Nacional de Política

Indigenista. Desde 2007, cerca de 46 mil famílias já foram atendidas com esses projetos.

Consad – Em apoio a projetos desenvolvidos em consórcios públicos, como o Consad (Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local), convênios firmados em 2010 receberam o repasse em cota única no total de R\$ 2.679.889,40. O Estado do Espírito Santo recebeu R\$ 1.614.956,40 e o Pará R\$ 1.064.933.

Desde 2003, o MDS incentiva a associação municipal por meio de associação sem fins lucrativos. Hoje são 40 Consads implantados, englobando 585 municípios e uma população de mais de 11 milhões de habitantes. O objetivo desses consórcios é fortalecer e ampliar as ações de segurança alimentar e desenvolvimento local.

PAA – Foram repassados esta semana para o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) R\$ 25.586.400,36. Desse valor, R\$ 149.562,60 é referente à segunda parcela de convênio firmado com a prefeitura de Formiga (MG) e R\$ 121.361,24 é relativo à cota única para a prefeitura de Timóteo (MG). Para a produção de leite – o PAA Leite –, foi repassada a sexta parcela no valor de R\$ 8.845.500,24 para o Estado de Pernambuco, a quinta parcela de R\$ 13.688.340,12 para Minas Gerais e a quarta parcela de R\$ 3.052.560 para o Maranhão.

O PAA contribui com a segurança alimentar e nutricional de pessoas atendidas pela rede de equipamentos públicos de alimentação e nutrição (Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias, Bancos de Alimentos) e pela rede socioassistencial. Além disso, promove a inclusão econômica e social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar.

Os alimentos são adquiridos diretamente de agricultores familiares ou de suas organizações (cooperativas e associações), com dispensa de licitação desde que os preços sejam compatíveis com os praticados nos mercados locais/regionais. Criado em 2003, o programa já aplicou R\$ 2,7 bilhões, incluindo recursos dos orçamentos do MDS e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para a compra de 2,6 milhões de toneladas de alimentos em mais de 2,3 mil municípios de todos os estados.

Acesse o boletim: [Mais de R\\$ 33 milhões destinados a segurança alimentar e nutricional](#)

Inflação dos alimentos ganha fôlego - Fernando Lopes e Juliana Ennes – Valor Econômico – Capa – 10/11/2010

Originada no mercado externo e amplificada pela entressafra doméstica dos grãos, a tendência de alta dos preços dos alimentos promete não dar sossego aos índices de inflação no Brasil até o início de 2011. Em outubro, novamente os alimentos foram os principais responsáveis pela alta de 0,75% no IPCA, contribuindo com 57% do aumento.

O quadro de oferta e demanda global de produtos como milho e soja dá sustentação a

cotações em alta até dezembro nas bolsas globais, coadjuvado pelas expectativas de atrasos nas colheitas e perdas no extremo sul do hemisfério Sul, que estão se confirmando. A contínua queda do dólar e o aumento da liquidez global, um dos efeitos da política de afrouxamento monetário do Fed americano, trouxe de volta os fundos de hedge a posições especulativas no mercado.

O relatório do Departamento de Agricultura dos EUA, divulgado ontem, reforçou perspectivas “altistas” para os dois grãos. Na bolsa de Chicago, os contratos de soja com vencimento em janeiro — a segunda posição de entrega, normalmente a de maior liquidez—subiram 4,26%, para US\$ 13,29 por bushel, o maior valor desde 27 de agosto de 2008. Segundo o Valor Data, o aumento no ano é de 26,75% e, em 12 meses, de 36,73%. Páginas A3 e B14

Alimentos vão pressionar inflação até 20 - Fernando Lopes e Juliana Ennes – Valor Econômico – Brasil – 10/11/2010

Em outubro, item respondeu por 57% da alta de preços medida pelo IPCA, que ficou em 0,75%

De São Paulo e do Rio

Originada no mercado internacional e amplificada pela entressafra doméstica dos grãos, a tendência de alta dos preços dos alimentos promete não dar sossego aos índices que medem a inflação no país até o início do ano que vem. Em outubro, de novo, os alimentos foram os principais responsáveis pela alta da inflação ao consumidor.

O quadro de oferta e demanda global de produtos como milho, trigo e soja já sugeria que as cotações dessas commodities básicas para a produção de alimentos permaneceriam sustentadas pelo menos até dezembro nas principais bolsas globais, inclusive com o empurrão da expectativa de atrasos nas colheitas e perdas no extremo sul do hemisfério Sul, por causa do fenômeno La Niña.

Pois esses atrasos começam a ser confirmados e dimensionados para lavouras de soja e milho no Brasil, o que deverá, conforme analistas, enxugar a oferta doméstica de grãos também em janeiro.

No mundo, foram adversidades climáticas na Rússia e arredores que puseram os grãos em escalada a partir de julho, num movimento posteriormente aprofundado por produtividades menores que as esperadas nos EUA e turbinado por uma demanda mundial aquecida, puxada pela China, e por movimentos especulativos derivados da contínua erosão do dólar.

Nesse contexto, no Brasil o grupo alimentos e bebidas representou 57% do Índice de

Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de outubro, segundo números apresentados ontem pelo IBGE. O grupo subiu 1,89% no mês, mais que em setembro (1,08%) e maior variação positiva mensal desde junho de 2008. Com isso, o IPCA subiu 0,75% em outubro, também mais que em setembro (0,45%). Em 12 meses, o IPCA acumula alta de 5,2%.

“É uma característica deste ano o IPCA acompanhar de perto o comportamento dos alimentos, que estão sendo donos do comportamento da inflação”, afirmou Eulina dos Santos, coordenadora de Índices de Preços do IBGE.

Em análise publicada logo após a divulgação do IPCA, a LCA Consultores, que apontou alimentos e combustíveis como os maiores vilões da alta de outubro, prevê “alguma desaceleração” da tendência de aumento de alimentos e bebidas em novembro.

Mas, segundo a LCA, isso não significa que a taxa não será salgada, num diagnóstico que encontra apoio nas oscilações de preços agrícolas pagos ao produtor ou praticados no atacado.

O IqPR, índice de preços recebidos pelos produtores agropecuários de São Paulo pesquisado pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA) — vinculado à Secretaria da Agricultura do Estado —, encerrou o mês passado com alta de 2,37%, ampliando a valorização acumulada em 12 meses para 33,61%. Dos 20 produtos pesquisados, apenas cinco (arroz, batata, soja, tomate para mesa e leite C) aparecem com quedas em 12 meses. Os demais apresentam ganhos, com destaque para laranja para indústria (150,39%), laranja para mesa (145,41%) e feijão (142,36%).

Com peso maior no prato dos brasileiros, a escalada do feijão decorre, em parte, dos baixos preços praticados em 2009, que desestimulou o plantio na safra de verão passada. No plantio da nova safra das águas, o problema foi a estiagem, mas a escassez de oferta deverá ser aliviada a partir deste mês.

Mesmo assim, não há sinais de queda do IqPR em novembro.

Outro termômetro negativo para a inflação vem do atacado paulista de hortifrutigranjeiros. O Índice Ceagesp, que mede o comportamento de uma cesta de mais de cem produtos, subiu 2,73% em outubro, puxado por legumes (10,55%) e verduras (8,76%). “A partir de novembro as condições climáticas — altas temperaturas e chuvas frequentes — devem influenciar negativamente a oferta de legumes e verduras. Os preços nesses setores devem continuar apresentando recuperação”, afirma Flávio Godas, economista da Ceagesp, em comunicado.

Embora concentrada em alimentos, a inflação de outubro medida pelo IPCA também mostrou reajustes em itens menos afetados pelo câmbio e que reagem à demanda interna. O índice de dispersão — que mede quantos produtos subiram — foi o maior em seis meses e indicou que 64,8% dos produtos e serviços pesquisados subiram de preço em outubro. Entre os bens de consumo, vestuário e calçados subiram, com alta de 0,89% e 1,51%, respectivamente, enquanto o preço dos automóveis novos recuou 0,15% (a quinta queda mensal consecutiva), enquanto a retração em eletroeletrônicos foi de 0,65%, a terceira seguida.

Mais sobre preços à página B14

Conab venderá estoque para combater inflação - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 11/11/2010

Conjuntura Prioridade do governo é conter escalada dos preços do milho, refletida nas carnes, e do feijão

De Brasília

Alarmado com a escalada inflacionária de alguns alimentos, o governo decidiu fazer amplos leilões de venda direta dos estoques públicos da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). A prioridade é conter os preços do milho, matéria-prima essencial para a produção de carnes, e do feijão, produto cuja disparada nas cotações tem assustado consumidores em plena entressafra.

O governo prepara um leilão de 300 mil toneladas de milho em venda direta para os próximos dias. Em seguida, fará pregões de até 1 milhão de toneladas na modalidade “VEP” — um subsídio ao frete pago ao consumidor do produto (frigoríficos, granjas, esmagadoras).

Para o feijão, a Conab fará leilões até dezembro, quando começa a entrar no mercado a “safra das águas” da leguminosa. Hoje, a estatal leiloará 30 toneladas de feijão em vários Estados.

Na terça-feira, uma portaria foi assinada pelos ministros da Fazenda, da Agricultura e do Planejamento para acelerar a venda dos estoques. “A ordem é conter a alta de preços usando os estoques”, diz o diretor da Conab, Sílvio Porto. “Há muita demanda e a oferta está apertada”.

Somados à redução da oferta e ao aumento da demanda nos Estados Unidos, o atraso no plantio da safra brasileira e a expansão do consumo, sobretudo na China, elevaram em 40% as cotações internacionais do milho neste ano.

O ministro da Agricultura, Wagner Rossi, afirmou ontem que está “preocupado” em manter uma “oferta equilibrada” de milho para “não influenciar uma alta de preços que possam elevar a inflação”.

Há sinais são evidentes como a “fila” para embarque de milho em alguns portos do país.

Os armazéns do governo têm 5,44 milhões de toneladas de milho e 160,6 mil toneladas de feijão (preto e cor). Nos cálculos da Conab, existiriam outras 4,12 milhões de toneladas de milho vinculadas ao compromisso de compra pelo governo na modalidade “opções de venda”, mecanismo usado por produtores como proteção de preços. Mas com os preços em alta, os produtores devem optar por vender boa parte desse milho no mercado, e não ao governo, o que reduzirá a margem de manobra oficial.

A segunda estimativa da nova safra, divulgada ontem pela Conab, mostram um aperto na oferta de milho no ciclo 2010/11. Pelos novos dados, os produtores devem colher entre 6% a 7,5% menos milho no país, um déficit que pode superar 4 milhões de toneladas.

O efeito negativo do fenômeno “La Niña” e a redução na área plantada e na produtividade são as causas. Os estoques de milho devem ser os mais baixos desde o ciclo 2006/07.

Para o feijão, a situação da oferta é um pouco melhor, mas a variável climática ainda é preocupante. No total, os produtores devem colher até 7% mais do que no ciclo anterior, chegando a 3,44 milhões de toneladas. Em São Paulo, Rio Grande do Sul e Mato Grosso, porém, a colheita deve pressionar a demanda.

Com o mercado em entressafra, a oferta é restrita e os preços seguem acima do mínimo de garantia de R\$ 80 por saca—cotada a R\$ 110 em SP e R\$ 130 na Bahia.

A Conab estimou a nova safra em uma média de 147,54 milhões de toneladas de 146,26 milhões a 148,82 milhões de toneladas.

Essa média, se confirmada, seria 0,82% inferior ao ciclo anterior. A área plantada média deve situar-se em 47,62 milhões de hectares, pouco dos 47,36 milhões registrados em 2009/10.

Para a soja, carro-chefe da produção nacional, a Conab prevê colheita de até 69 milhões de toneladas, ou 0,5% superior ao ciclo anterior. No algodão, é possível uma safra de 2,72 milhões de toneladas de caroço, ou 47,5% acima de 2009/10.

A nova estimativa da Conab trouxe previsões favoráveis à elevação da oferta de arroz e trigo no país. No caso do arroz, a produção poderia chegar a 12,3 milhões de toneladas, ou até 9,3% acima das 11,26 milhões de toneladas do ciclo anterior. Para o trigo, a previsão da Conab estima um forte aumento da produção.

A colheita poderia expandir-se até 11,5%, para 5,6 milhões de toneladas.

(Com Agência Brasil).

A maior promessa de campanha da presidente eleita Dilma Rousseff (PT), de acabar com a miséria no Brasil em seu governo, é muito ambiciosa, mas factível, avaliam especialistas da área. Isso depende de duas premissas: o mercado de trabalho continuar se expandindo na velocidade dos últimos anos (algo considerado muito difícil); e o novo governo ampliar o gasto com o Bolsa Família (onerando ainda mais o Orçamento). O programa consome R\$ 13,4 bilhões ao ano e atende 12,7 milhões de famílias. Isso equivale a 0,4% do PIB, o que é considerado pouco. Mas a chave para Dilma cumprir sua promessa está no mercado de trabalho. Quanto menos dinâmico, mais o governo teria de colocar dinheiro focalizado nos pobres para atingir a meta. Se o Brasil quisesse eliminar hoje seus pobres e indigentes, teria de localizar essas pessoas e gastar com elas mais R\$ 21,3 bilhões ao ano -em cima dos R\$ 13,4 bilhões do Bolsa Família, segundo cálculos do Centro de Políticas Sociais da FGV. Para financiar isso, o custo médio rateado entre os brasileiros seria de R\$ 9,33 ao mês. São considerados pobres no Brasil (tendo por base os critérios do Bolsa Família) indivíduos ou famílias que têm renda per capita menor do que R\$ 140 ao mês (R\$ 4,60 ao dia). Para os indigentes, o corte é de R\$ 70 (R\$ 2,30). Na hipótese de uma família de quatro pessoas com renda mensal de R\$ 400 (R\$ 100 por pessoa), o governo federal teria de destinar R\$ 160 (R\$ 40 por cabeça) a ela para que todos ultrapassassem a linha de pobreza. Acréscimos como esse, a todos os pobres, custariam os R\$ 21,3 bilhões ao ano, segundo números do economista Marcelo Neri, da FGV. Hoje, cerca de 30 milhões de pessoas (15,5% da população) vivem com menos de R\$ 140 ao mês. Há dez anos, eram 57 milhões (33,3%).

MERCADO

A queda quase à metade ocorreu, principalmente, pela substancial melhora do mercado de trabalho. Mais de 70% da elevação da renda média vem do trabalho (R\$ 0,70 para cada R\$ 1 de aumento). Dos gastos da Previdência, são 24%. Do Bolsa Família, 5,3%. No governo Lula foram criados quase 14 milhões de empregos formais. Já o salário mínimo subiu 53% acima da inflação (R\$ 510 hoje). O aumento do mínimo tem impacto direto limitado na erradicação da pobreza. Mas contribui para elevar consumo, produção e emprego. Para Clemente Ganz Lúcio, do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), é até possível manter o ritmo de aumento do mínimo se a economia crescer cerca de 5% ao ano no governo Dilma. O problema é o emprego, principal motor para a redução da pobreza. "Entre 2007 e 2008, para cada 1 ponto percentual de aumento do PIB a ocupação também aumentava 1 ponto. Daqui para frente, essa correlação tende a ser de 1 para 0,5 ou 0,7", diz Lúcio. "Por conta do aumento da produtividade, teremos menos empregos gerados para cada ponto de crescimento do PIB." Se isso ocorrer, a promessa de Dilma dependerá mais de recursos públicos a serem alocados no Bolsa Família. O problema adicional é que até o Ministério do Desenvolvimento Social considera

baixo o corte de R\$ 140 para definir pobreza. Em novembro, como comparação, a cesta básica variou de R\$ 172 (Aracaju) a R\$ 254 (São Paulo), segundo o Dieese.

Acabar com a miséria é exequível, com um empurrão das mulheres – Lena Lavinias – Folha de São Paulo – Poder – 14/11/2010

A presidente eleita Dilma Rousseff acena com a erradicação da miséria. É auspicioso que o Brasil da segunda década do século 21 vislumbre eliminar por completo níveis de destituição extrema, que colocam em xeque a humanidade de alguns milhões de brasileiros.

A retomada do crescimento de forma sustentada, a geração de quase 14 milhões de empregos formais e os ganhos reais do salário mínimo ainda não foram suficientes para, juntamente com os programas de transferência de renda, fazer da miséria traço do nosso passado. São indigentes 12,4 milhões. Esses mesmos fatores, ao associar numa mesma dinâmica virtuosa política macroeconômica e política social, hão de nos permitir avançar em direção a essa meta, porque agora lastreados por investimentos em infraestrutura social. Na sua plataforma de governo, Dilma destacou a criação de 6.000 creches, previstas no orçamento do PAC 2011. É pouco, considerando o deficit da oferta: 82% das crianças até três anos estão fora da creche, percentual que sobe para 93% entre as pobres. Na faixa de quatro a cinco anos, o deficit de cobertura é menor, mas ainda significativo, 25% e 33%, respectivamente.

Ora, se homens e mulheres se beneficiaram com a retomada do crescimento econômico, as oportunidades para as mulheres pobres foram mais tímidas. Sua taxa de atividade é de 51%, ante uma média nacional de 67%. Já a taxa de atividade masculina é de 88% na média, recuando ligeiramente para 82,1% no caso de homens adultos pobres. Significa dizer: de cada 10 homens na faixa etária adulta e produtiva, sejam eles pobres ou não, cerca de 8 são ativos. No caso das mulheres, observa-se um diferencial importante: na média, 2 em cada 3 brasileiras se declaram ativas, ante 1 em cada 2 mulheres pobres.

Enquanto as mulheres ocupadas que pertencem aos 20% mais pobres da cauda da distribuição trabalham em média 28 horas por semana, entre os 20% mais ricos a jornada remunerada feminina semanal é de 40 horas. Os homens de todas as faixas de renda trabalham em média 40 horas ou mais, e dificilmente poderiam ir além. O que mais pode contribuir para fazer recuar a pobreza extrema é permitir às mulheres trabalhar. Mais e melhor. Ter uma ocupação que lhes permita usufruir de jornadas de tempo integral, com maiores salários, quem sabe até com carteira assinada, é o que vai elevar consideravelmente a renda familiar e afastar da miséria alguns milhões de famílias. Para elevar a taxa de atividade das mulheres pobres, elas precisam dispor de creches para suas crianças. Quem tem dinheiro pode pagar por esse serviço. Quem não tem, é pego na trama do imobilismo da miséria. Inúmeros estudos e pesquisas já demonstraram que as mulheres cujos filhos em tenra idade frequentam creche registram níveis de renda familiar bem mais altos. Investimentos sociais em infraestrutura que liberem a força de trabalho feminina são a

melhor maneira de combinar políticas de equidade de gênero com redução da miséria. As mulheres não querem ser depositárias do ideário liberal de que são as mais capazes de gerir "eficazmente" a escassez. Não são milagreas para fazer render um benefício médio de R\$ 90,00 mensais. Uma mulher na Presidência com o potencial produtivo de tantas outras mulheres pode tornar exequível, senão erradicar por completo a miséria, ao menos torná-la residual. Para a alegria da nação brasileira.

LENA LAVINAS é professora associada do Instituto de Economia da UFRJ

No litoral de AL, casal almoça uma lata de sardinha – Fábio Guibu e Anna Virgínia Balloussier – Folha de São Paulo – Poder- 14/11/2010

"Neste mês, a minha renda foi zero", diz o descascador de cocos Amaro Verçosa Ferreira, 44. De sua casa, no badalado litoral norte de Alagoas, ele vê extensas áreas de mangue e coqueirais desaparecerem -mas só enxerga um futuro de incertezas. Desempregado, ele se preocupa com as árvores quase sem frutos e o aumento da concorrência no trabalho. Com a mulher, Amara Maria do Nascimento dos Santos, 44, Ferreira vive em situação de indigência. Mora numa casa de taipa emprestada de um cunhado, em Porto de Pedras (100 km de Maceió), onde cerca de 90% dos moradores são pobres, segundo o Censo 2000 atualizado pela Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios). "Não lembro quando trabalhei pela última vez", diz Ferreira. A mulher recebe R\$ 68 mensais do Bolsa Família. Na sexta-feira, o almoço deles se resumiu a uma lata de sardinhas em conserva. Na cozinha, há dez painéis penduradas na parede e um fogão enferrujado. Não há geladeira nem armários. Na casa emprestada, de 30 m², o piso é de terra batida e está esburacado. Não há banheiro, e a água é trazida em baldes de uma cacimba. No telhado, uma antena parabólica do cunhado de Ferreira, que não é usada. O casal não tem TV. Os pescadores de Porto de Pedras também vivem em situação de miséria. É o caso de Flávio Bento de Mesquita, 28, e Carlos Jorge Wanderley Pinheiro, 43. Eles vivem em casas de taipa com as famílias e possuem renda média de R\$ 200 por mês.

Casados e com dois filhos cada um, têm Bolsa Família, mas dizem não levar uma vida digna. "Às vezes, falta comida", diz Mesquita. Todos os entrevistados dizem ter votado na presidente eleita Dilma Rousseff. O que esperam do novo governo pode ser resumido numa frase de Ferreira: "Uma casa e renda para tocar a vida". Na cidade mais rica do país, São Paulo, os R\$ 68 do Bolsa Família ajudavam Adriana Oliveira, 33, a complementar a renda familiar -cerca de R\$ 320. Neste mês o dinheiro não entrou. Ela foi tirada do programa porque a filha, doente, faltou na escola. Ainda não se recadastrou. Diz não ter dinheiro para tirar fotos para os documentos. Adriana mora com cinco dos sete filhos no Itaim Paulista (zona leste de SP).

O marido e um filho estão em uma clínica de reabilitação, "por coisa de drogas". Adriana trabalha quatro vezes ao mês com faxina. No fim de semana, distribui panfletos de apartamentos. Ela não lembra em quem votou e ficou surpresa ao saber que Dilma prometeu erradicar a miséria. "Entendi que ela não gostava de pobre!"

Até ministério acha R\$ 140 pouco para "definir" pobre – Folha de São Paulo – Poder – 14/11/2010

Tentar se tornar invisível a pedintes ou assaltantes em São Paulo custa R\$ 140. Esse é o preço médio da colocação das populares películas escuras nos vidros de um carro. R\$ 140 é um valor considerado "muito baixo" até mesmo pelo Ministério do Desenvolvimento Social (responsável pelo Bolsa Família) para se definir quem é pobre e pode receber o benefício. Lúcia Modesto, secretária nacional de Renda de Cidadania, diz que o ideal seriam os R\$ 510 do salário mínimo. Apesar de R\$ 140 ser considerado muito pouco, só nos Estados do Norte e Nordeste 100% dos elegíveis ao Bolsa Família estão atendidos. Nas demais regiões, há 15% deles ainda fora do programa. Modesto diz que há "o compromisso, a meta", de se erradicar a pobreza e que o ministério vem se preparando para isso há dois anos. Com a divulgação do Censo 2010 no início do ano que vem, o ministério pretende ter um diagnóstico mais preciso de quantos são e onde estão os pobres. "Não é só com transferência de renda que vamos erradicar a miséria, mas com um conjunto de políticas", diz. Para o economista Marcelo Neri, chefe do Centro de Políticas Sociais da FGV, o novo governo deveria incrementar fortemente o Bolsa Família com mais dinheiro para perseguir a meta de erradicar a pobreza. "Pode parecer utópico, mas o caminho para isso é o Bolsa Família", afirma. Neri calcula que os R\$ 21,3 bilhões anuais a mais que hoje seriam necessários para atingir a meta poderiam cair à metade até 2014. Isso porque boa parte da redução da pobreza viria do aumento da atividade econômica, do emprego e da renda. Ricardo Paes de Barros, do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), ligado ao Ministério do Planejamento, lembra que o Brasil já vem reduzindo a pobreza à metade a cada cinco ou seis anos. Mesmo considerando uma possível desaceleração nesse ritmo, Barros se diz otimista. "Se sairmos de 15% de pobres na população total para 10% em quatro anos já é algo sensacional. Mas a meta de cair de 15% para zero neste período parece impossível. Nunca ninguém fez isso."

"CIRCULO

VIRTUOSO"

A economista Lena Lavinas, professora associada do Instituto de Economia da UFRJ, também defende "elevar a altura da barra" para a definição do que é ser pobre. Em sua opinião, deveria entrar nessa categoria quem vive com menos de 60% da renda média familiar per capita (R\$ 465). Isso equivaleria a R\$ 279 (o dobro do critério usado no Bolsa Família).

Lavinas acha que o Bolsa Família deveria ser um direito e que seus recursos (oriundos de impostos e contribuições indiretas vinculadas ao consumo) aumentassem na mesma proporção da evolução do mercado consumidor. "Isso criaria um círculo virtuoso de menos pobres, mais consumo, maior arrecadação e mais dinheiro para erradicar a pobreza", diz. Segundo o instituto Data Popular, o consumo das classes E e D no Brasil cresce rapidamente e já supera o total da classe B em áreas como alimentação, higiene, limpeza, vestuário e acessórios, móveis e eletrodomésticos. **(FERNANDO CANZIAN)**

MDS destina mais R\$ 33,5 milhões a programas de segurança alimentar e nutricional – Sítio eletrônico do MDS – 16/11/2010

Recursos foram estabelecidos em convênios firmados em 2009 e 2010 com Estados e municípios das regiões Norte, Nordeste e Sudeste. Esse dinheiro deve ser empregado no programas de Cisternas, em projetos de Povos e Comunidades Tradicionais e na compra da produção da agricultura familiar.

Brasília, 16 – O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) repassou mais R\$ 33.531.685,83 para 14 convênios firmados com Estados, municípios e a Coordenadoria de Conveniência com o Semiárido na área de segurança alimentar e nutricional. São ações de construção de cisternas, de apoio a projetos em comunidades tradicionais e consórcios públicos e de compra da produção da agricultura familiar. Esses convênios foram firmados em 2009 e 2010 por meio de editais públicos e beneficiam famílias nas regiões Norte, Nordeste e Sudeste.

Cisternas – Para a construção de cisternas no Semiárido brasileiro, as prefeituras de Igaraci e Floresta, ambas em Pernambuco, e a Coordenadoria de Conveniência com o Semiárido no Piauí receberam juntas R\$ 3.788.360,24. Para os dois municípios pernambucanos, os pagamentos foram referentes à segunda parcela do convênio: R\$ 382.133,04 para Igaraci e R\$ 548.667,20 para Floresta. Para o Piauí, o pagamento foi feito em parcela única de R\$ 2.857.560. Igaraci já possui 303 unidades construídas, e Floresta. 230. Em todo o Estado do Piauí, 29.921 domicílios já possuem cisternas.

A cisterna é uma tecnologia popular para a captação de água da chuva que escorre do telhado da casa para as calhas e cai direto na cisterna, onde é armazenada. Com capacidade para 16 mil litros, supre a necessidade de consumo de uma família de cinco pessoas por um período de estiagem de oito meses. Dessa forma, o sistema de armazenamento representa uma solução de acesso à água para a população rural de baixa renda do Semiárido brasileiro. Além da melhoria na qualidade da água consumida, a cisterna reduz o aparecimento de doenças em adultos e crianças e evita o deslocamento por longas distâncias para buscar água em açudes, poços e barreiros.

Comunidades Tradicionais – O MDS apoia povos e comunidades tradicionais no desenvolvimento de projetos específicos, definidos por meio de editais públicos, que

auxiliam as famílias a produzirem alimentos de qualidade com regularidade e em quantidade suficiente para seu consumo. Também são desenvolvidas oportunidades de trabalho e geração de renda.

Para convênios firmados com quatro estados foram repassados um total de R\$ 1.206.111,99 em parcelas únicas: R\$ 226.820,75 para a Paraíba, R\$ 199.980 mil para o Maranhão, R\$ 393.500,24 para Minas Gerais e R\$ 385.811 mil para o Pará.

Essas ações estão previstas no plano que estabelece as prioridades de intervenção elaborado pela Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, juntamente com as demandas oriundas do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e da Comissão Nacional de Política Indigenista. Desde 2007, cerca de 46 mil famílias já foram atendidas com esses projetos.

Consad – Em apoio a projetos desenvolvidos em consórcios públicos, como o Consad (Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local), convênios firmados em 2010 receberam o repasse em cota única no total de R\$ 2.679.889,40. O Estado do Espírito Santo recebeu R\$ 1.614.956,40 e o Pará R\$ 1.064.933.

Desde 2003, o MDS incentiva a associação municipal por meio de associação sem fins lucrativos. Hoje são 40 Consads implantados, englobando 585 municípios e uma população de mais de 11 milhões de habitantes. O objetivo desses consórcios é fortalecer e ampliar as ações de segurança alimentar e desenvolvimento local.

PAA – Foram repassados esta semana para o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) R\$ 25.586.400,36. Desse valor, R\$ 149.562,60 é referente à segunda parcela de convênio firmado com a prefeitura de Formiga (MG) e R\$ 121.361,24 é relativo à cota única para a prefeitura de Timóteo (MG). Para a produção de leite – o PAA Leite –, foi repassada a sexta parcela no valor de R\$ 8.845.500,24 para o Estado de Pernambuco, a quinta parcela de R\$ 13.688.340,12 para Minas Gerais e a quarta parcela de R\$ 3.052.560 para o Maranhão.

O PAA contribui com a segurança alimentar e nutricional de pessoas atendidas pela rede de equipamentos públicos de alimentação e nutrição (Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias, Bancos de Alimentos) e pela rede socioassistencial. Além disso, promove a inclusão econômica e social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar.

Os alimentos são adquiridos diretamente de agricultores familiares ou de suas organizações (cooperativas e associações), com dispensa de licitação desde que os preços sejam compatíveis com os praticados nos mercados locais/regionais. Criado em 2003, o programa já aplicou R\$ 2,7 bilhões, incluindo recursos dos orçamentos do MDS e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para a compra de 2,6 milhões de toneladas de alimentos em mais de 2,3 mil municípios de todos os estados.

Acesse o boletim: [Mais de R\\$ 33 milhões destinados a segurança alimentar e nutricional](#)

Certificação reduz a pobreza rural – Fernanda Yoneya – Estado de São Paulo – Caderno Agrícola – 17/11/2010

A certificação de produtos agrícolas com o selo “fairtrade” – ou de comércio justo – foi um

dos caminhos apontados pelo representante regional da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) para América Latina e Caribe, José Graziano da Silva, para melhorar as condições de trabalho no campo. Graziano, outras autoridades e representantes da classe produtiva reuniram-se semana passada, no escritório da FAO em Santiago, Chile, para discutir mercado de trabalho e pobreza rural.

“As certificações de comércio justo têm foco de mercado, mas valem por terem por base

uma parceria comercial transparente e respeito entre as partes envolvidas na produção, o

que inclui os trabalhadores. É um caminho”, disse Graziano.

Além do comércio justo, Graziano defendeu também a diversificação da produção,

Ações de capacitação e organização dos agricultores entre si, por meio de sindicatos rurais, associações de produtores e entidades de classe. “O nível de sindicalização no Brasil é alto, comparando-se com outros países, e os produtores têm lideranças.

Isso ajuda a diminuir a informalidade dos trabalhadores e a melhorar os salários dos empregados rurais.”

China vai controlar preços e especulação de alimentos – Valor Econômico – Internacional – 17/11/2010

Ásia Alta de preços de produtos alimentícios passou de 10% em outubro

A China anunciará controles de preços de alimentos e reprimirá duramente a especulação em artigos agrícolas de primeira necessidade para conter a pressão inflacionária.

Essa pressão foi destacada como um risco pelo presidente do banco central do país, ontem.

Com os preços ao consumidor aumentando no seu ritmo mais veloz em mais de dois anos, a Comissão de Reforma e Desenvolvimento Nacional, a mais importante agência de planejamento do país, está preparando uma “rápida sucessão de golpes” para controlar os custos dos alimentos, segundo informou a mídia oficial. Esse tipo de intervenção direta assinalaria uma escalada nas iniciativas do governo de domar a inflação e sublinha a preocupação com o avanço acelerado nos preços dos alimentos.

As medidas possíveis incluem controles de preços, subsídios para compradores, medidas repressivas contra acúmulo de estoques e especulação com preços, bem como um sistema pelo qual os prefeitos seriam responsáveis por uma cesta de itens alimentícios, informou o “China Securities Journal”.

Os que forem apanhados especulando com milho ou algodão também serão punidos rigorosamente, acrescentou.

“Aumentos de preços, especialmente aumentos exagerados de preços de alimentos, serão o principal problema enfrentado pelo país no momento”, disse o relatório, citando uma fonte não identificada.

“As políticas públicas que estão sendo consideradas visam conter o ímpeto e serão implantadas em conjunto, como uma “rápida sucessão de golpes”, disse.

A inflação nos preços ao consumidor acelerou ao seu nível mais alto em 25 meses em outubro, com uma alta de 4,4% na comparação com o ano anterior. Os alimentos, que compõem aproximadamente um terço do índice de preços ao consumidor da China, lideraram, em alta de 10,1%. Itens não relacionados com alimentos aumentaram apenas 1,6%.

Ao contrário de surtos passados de inflação de alimentos na China, porém, não houve nenhuma seca ou doenças de grandes proporções para impulsionar os preços neste ano. Pelo contrário, a veloz expansão monetária parece ser a principal culpada. Numa reunião ontem, o Ministério do Comércio atribuiu a culpa a fatores além das fronteiras da China.

“A pressão inflacionária importada contribuiu para o grande aumento nos preços dos alimentos na China. Os preços globais de grãos, algodão e óleo comestível vêm aumentando perceptivelmente”, disse o porta-voz Yao Jian.

A China usou controles de preços com efeito limitado quando a inflação se agravou no fim de 2007. Com as forças de mercado dominantes no setor agrícola, o governo luta para manter o controle do custo dos gêneros alimentícios, embora o anúncio dos controles possa ajudar a ancorar expectativas inflacionárias.

A economia da China está crescendo de acordo com o roteiro do governo, mas os aumentos de preços são um motivo de preocupação, disse o presidente do Banco Central chinês, Zhou Xiaochuan.

“A pressão altista sobre os preços precisa ser monitorada. Nós continuaremos mantendo a expansão monetária e de crédito apropriadas”, ele disse.

Zhou disse que uma recuperação global em duas velocidades colocava desafios complexos.

“A recuperação nas economias desenvolvidas está lenta. As condições monetárias estão relaxadas”, disse Zhou, num fórum. “O crescimento das economias de mercados emergentes está se acelerando, mas elas enfrentam afluências de capital.” As autoridades chinesas têm alertado que políticas monetárias relaxadas nas economias desenvolvidas e, em particular, uma nova rodada de injeção de liquidez na economia dos EUA, poderão remeter ondas de dinheiro vivo rumo às suas fronteiras, agravando o seu problema inflacionário.

Embora a China possua um amplo sistema de controles de capitais, os recursos

financeiros de curto prazo ainda podem achar o seu caminho para dentro do país através de comércio externo normal e canais de investimento.

Yao, o porta-voz do Ministério do Comércio, alertou que Pequim poderia descobrir qualquer afluência especulativa disfarçada de investimento direto estrangeiro.

A julgar pelos números, porém, por enquanto há pouca evidência desse tipo de investimento ilícito.

A China atraiu US\$ 7,7 bilhões em investimento direto estrangeiro em outubro, aproximadamente US\$ 500 milhões menos que sua média mensal nos três primeiros trimestres.

Alimentos: É a volta da carestia?- Sítio eletrônico Biodiesel Br – 18/11/2010

Vem aí uma escassez de alimentos no mercado internacional – adverte a FAO, que é a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. E se este informe ([Perspectivas para os Alimentos, em inglês](#)), divulgado nesta quarta-feira, estiver correto, a alta de preços dos alimentos, que hoje é o principal fator de inflação no Brasil, não vai ser prontamente revertida, como vinha apostando o ministro da Fazenda, Guido Mantega.

Para o período 2010-2011, a FAO prevê um consumo mundial de grãos de 2,25 bilhões de toneladas, 1,3% mais alto do que no período anterior, e uma produção de 2,22 bilhões de toneladas, 2,1% menor. Os estoques de cereais deverão diminuir 7%. As reservas de centeio cairão 35%; as de milho, 12%; e as de trigo, 10%. O único grão com aumento previsto de estoques é o arroz (mais 6%).

As razões da alta de preços são conhecidas: seca na Rússia e na Argentina, que derrubaram a colheita de trigo, o que fez o governo russo suspender as exportações do grão; pragas na Argélia, Afeganistão, Azerbaijão e Marrocos, que também prejudicaram a produção; maior consumo de outros cereais em substituição ao farelo de trigo, principalmente nas rações animais; e desvalorização do dólar, que puxou as cotações das commodities agrícolas.

Essa perspectiva é uma boa notícia para a agricultura brasileira, que pode contar com a tendência de alta dos preços para 2011. E a próxima safra brasileira, que continua sendo semeada, não promete reversão desse quadro. Tanto o IBGE como a Conab, que são os organismos encarregados dos levantamentos estatísticos, estão prevendo redução da produção de grãos no Brasil ao longo de 2011, de 2,8% e de 1,7%, respectivamente.

Em compensação, se as projeções da FAO estão corretas, o Brasil deverá enfrentar um renitente obstáculo à queda dos juros. Em princípio, um choque de oferta de alimentos não deve ser motivo para um ajuste da política monetária, uma vez que os

preços dos alimentos não compõem o que os economistas chamam de núcleo de inflação. No entanto, o Banco Central tem de combater com juros os efeitos dessa alta sobre os demais preços da economia. Essa perspectiva pode contrariar a disposição da presidente eleita, Dilma Rousseff, que tem anunciado que vai trabalhar para uma rápida baixa dos juros.

Se essa escassez de grãos se confirmar, é provável que volte o mesmo tipo de pressão ocorrida em 2008 contra o uso de milho e soja na produção de biocombustíveis, especialmente, etanol e biodiesel.

FAO prevê alta de até 20% nos alimentos em 2011 – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia – 18/11/2010

Os preços de alimentos atingiram a maior alta em dois anos e a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) alerta que o aumento tem tudo para continuarem em 2011.

No relatório anual publicado ontem, a entidade afirma que o mundo deve se preparar para um cenário de alta de preços de alimentos e inflação que já afeta de forma negativa o balanço comercial de cerca de 70 países. As primeiras projeções são de que os alimentos devem ficar até 20% mais caros em 2011 diante de safras baixas e da especulação com as commodities.

Para a FAO, a conta da importação de alimentos no mundo vai superar a marca de US\$ 1 trilhão em 2010, 26% a mais que no ano passado. Com isso, deve atingir praticamente os mesmos níveis dos anos da crise alimentar (2007-08). A projeção é a mais severa já feita pela FAO desde 2007, quando a alta nos preços de alimentos desestabilizou governos e levou milhares de pessoas a protestar em 25 países.

“Consumidores hoje não têm outra alternativa que a de pagar mais por seus alimentos. O tamanho da safra em 2011 está se tornando cada vez mais crítico. Para que os estoques sejam refeitos e os preços voltem a normalidade, uma expansão importante da produção será necessária”, alertou a FAO. Para a entidade, “os países precisam continuar vigilantes sobre seus estoques”. Nos últimos meses, os preços do milho e trigo subiram em 40%. Farinha de mandioca, manteiga e açúcar estão registrando os maiores preços em 30 anos. Já a carne e o pescado estão com seus preços acima de 2009. Isso sem falar no algodão, com os maiores preços em 140 anos. No geral, a inflação nos alimentos é 15% maior que a de 2009.

Alimentos subirão ainda mais em 2011, prevê FAO – Valor Econômico – Agronegócios – 18/11/2010

Os países devem “se preparar” para alta de preços ainda maior dos alimentos em 2011, se as principais colheitas não aumentarem significativamente, alertou a Agência das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO).

A fatura passará de US\$ 1 trilhão para os importadores e, nesse cenário, os produtores

brasileiros poderão ser um dos principais ganhadores.

A FAO estima que o país poderá exportar volumes recordes de açúcar e embarques quase recordes de carne e oleaginosas.

“O lado negativo é que o real valorizado em relação ao dólar pode minar os benefícios completos de maior ganho nas exportações”, diz Adam Prakash, assessor de preços da agência da ONU. “E preços mais altos podem diminuir a demanda global no futuro”. Além disso, o temor de inflação ocorre tanto na China, Índia e outros emergentes, como também no Brasil.

A fatura mundial de importações alimentares aumentará 15% em relação a 2009. O custo ficará quase idêntico ao volume de US\$ 1,031 trilhão ocorrido durante a explosão de preços de 2008.

O encarecimento da maioria dos produtos agrícolas é causado por insuficiência de oferta por problemas meteorológicos, dólar fraco e agravado pela restrição a exportação de grandes produtores como a Rússia e a Ucrânia.

O açúcar, que tem o Brasil como maior produtor e exportador, é em grande parte responsável pela alta na cesta mundial de alimentos nos últimos meses. Sua cotação atingiu o mais alto nível em 30 anos, devendo continuar elevada e “extremamente volátil”.

“Os preços mundiais podem aumentar ainda mais se a produção não melhorar significativamente no ano que vem, em particular para soja, milho e trigo”, diz a FAO.

“É improvável que os efeitos de preços mais altos sejam contidos em seus respectivos setores, na medida em que essas commodities constituem ingredientes para pecuária ou para o setor de bicomustíveis”, acrescenta. “Com os preços refletindo largamente a escassez na exportação, a concorrência global para assegurar matérias-primas deve se intensificar”.

No caso de oleaginosas, os preços elevados refletem um crescimento relativamente lento da produção mundial que não consegue satisfazer a demanda em rápida expansão.

O custo de produtos da pecuária, especialmente lácteos, elevará a fatura dos importadores em US\$ 50 bilhões este ano. O preço de manteiga chegou a um nível sem precedentes. Até a mandioca bateu recorde de custo este ano, com a produção recuando pela primeira vez em 15 anos.

Os gastos com importação de legumes e frutas devem subir US\$ 25 bilhões, estabelecendo esse grupo de produtos entre os mais caros na cesta global de comercialização de alimentos. Os peixes também terão importantes altas de preços.

Contrariamente às previsões de junho que apontavam progressão de 1,2% na produção mundial de cereais, a FAO prevê queda de 2%, por causa de condições meteorológicas “nefastas”. Os estoques mundiais devem diminuir 7%.

A produção de grãos brutos, incluindo milho e cevada, deve baixar 2,1% e os estoques, 12%. A produção de arroz aumenta 2,4%, para um recorde de 466 milhões de toneladas, e as reservas sobem 6%. A produção de oleaginosas cai 0,3% em 2010/11, caindo do recorde de 454,8 milhões de toneladas na safra passada.

A produção de açúcar aumentará 7,7% em 2010/11, para 168,8 milhões de toneladas. Os preços elevados impulsionaram aumento da produção, que vai superar pela primeira vez o consumo desde 2007/08.

A produção das principais cereais precisa crescer muito para responder às necessidades de utilização e reconstituição das reservas mundiais. Mas a FAO adverte que os agricultores poderão ser atraídos por colheitas com melhores preços como açúcar, soja e algodão.

Ouseja, a produção não será suficiente para atenuar as tensões no mercado e o consumidor “deverá gastar mais por sua alimentação”.

Pela primeira vez, o relatório é bem pessimista. Até agora, a FAO atenuava a gravidade da alta de preços e estimava mesmo que as cotações caíam no ano que vem.

Mais Alimentos e PAA fortalecem cooperação Brasil-África – Sítio Eletrônico do MDA - 18/11/2010

O processo de cooperação entre o Brasil e países da África foi reforçado nesta quinta-feira (18), na abertura da XIV Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar no Mercosul (REAF), em Brasília (DF), com o anúncio da extensão para países desse continente do programa Mais Alimentos, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Este processo será feito por meio de uma linha de financiamento do Proex aprovada quarta-feira (17) pela Câmara de Comércio Exterior (Camex).

A linha de crédito vai financiar a exportação de máquinas e equipamentos agrícolas brasileiros para a agricultura familiar. Os recursos serão liberados pelo Banco do Brasil. Em 2011 estarão disponíveis US\$ 240 milhões, com possibilidade de ampliação para US\$ 400 milhões em 2012. Os primeiros países africanos beneficiados serão Gana, Zimbábue e Quênia. Também demonstraram interesse Costa do Marfim e Ruanda.

A cooperação entre o Brasil e países da África foi reforçada durante a XIV REAF com a definição de acordos de cooperação para implementar políticas de

compras públicas de produtos da agricultura familiar no continente. Projetos piloto do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) serão desenvolvidos em Gana, Quênia, Zimbábue, Costa do Marfim e Ruanda. O MDA vai transferir tecnologia e conhecimento de programas voltados para o desenvolvimento da agricultura familiar em andamento no Brasil.

Países do Mercosul vão implementar políticas nacionais de compras públicas – Sítio Eletrônico do MDA - 18/11/2010

Argentina, Paraguai e Uruguai vão implementar políticas nacionais de compras públicas de produtos da agricultura familiar. O primeiro passo para a estruturação desses programas foi dado nesta quinta-feira (18), em Brasília(DF), com a assinatura do Protocolo de Criação do Programa Regional de Compras Públicas da Agricultura Familiar na região. O acordo, com participação do Brasil e do Chile, foi firmado durante o ato de abertura oficial da XIV Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar no Mercosul (REAF), que prossegue até esta sexta-feira (19) no Centro de Eventos Brasil XXI.

“Os países vão trabalhar e replicar a experiência brasileira de programas de aquisição de alimentos. Vamos tentar criar uma rede onde vai ser possível, em situação de emergência, um país trabalhar junto com o outro para enfrentar problemas de insegurança alimentar a partir de compras públicas da agricultura familiar” explicou o ministro do Desenvolvimento Agrário do Brasil, Guilherme Cassel. O ministro lembrou que os programas de Aquisição de Alimentos (PAA), coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e pelo MDA, e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), do Ministério da Educação, são exemplos da bem sucedida experiência brasileira de compras públicas de produtos da agricultura familiar. “Antes, o Brasil era visto como um país devedor e recebia um pacote tecnológico pronto. Agora, é um país doador, levando suas políticas para outros países de forma solidária”, destacou Cassel.

O ministro da Agricultura, Pecuária e Pesca da Argentina, Julián Andrés Domínguez, destacou a importância de o estado garantir oportunidades para todos os agricultores, sobretudo os familiares. “As iniciativas de compra direta se inserem neste sentido. Onde o mercado não chega, o estado precisa estar presente, promovendo competitividade e também desenvolvimento, diminuindo assim as assimetrias e desigualdade. Se isso não ocorrer, vamos perder esta oportunidade histórica de incluir a agricultura familiar neste circuito”.

O Brasil também será referência para a implementação de compras públicas da agricultura familiar na África. Nesta quinta-feira, na abertura da REAF, o Brasil homologou o processo de cooperação com Gana, Quênia, Zimbábue, Costa do Marfim e Ruanda. Este processo será iniciado no Zimbábue, país com o qual foi

firmado um Memorando de Entendimento. O acordo com os países africanos compõe um conjunto de medidas que são desdobramentos do Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar, Combate à Fome e Agricultura, realizado em maio deste ano, em Brasília.

Políticas comuns

As compras públicas de produtos da agricultura familiar foram o principal tema da XIV REAF. A pedido da Argentina e do Paraguai, o Brasil apresentou durante o encontro as políticas públicas que são desenvolvidas no país. O vice-ministro da Agricultura do Paraguai, Andres Werhle, lembrou que questões como a soberania alimentar, a comercialização e os atravessadores estão presentes em toda América Latina. “A experiência brasileira, com certeza, é uma referência a ser avaliada.”

Na quarta-feira (16), o tema foi abordado no Seminário Aquisição Pública de Alimentos da Agricultura Familiar. No encontro foram apresentados programas como o PAA e o PNAE. Na quinta-feira (17), integrantes das delegações de países da América do Sul, África e Ásia que participam da XIV REAF visitaram uma cooperativa e uma associação de agricultores familiares do Distrito Federal que fornecem produtos para estes programas.

A REAF

Criada em 2004, a REAF é um espaço de diálogo regional voltado à promoção do fortalecimento institucional e da construção conjunta de políticas públicas para a agricultura familiar e a facilitação do comércio de seus produtos na região. A Reunião também incorpora a construção de visão solidária e complementar de integração comercial e prioriza o trabalho conjunto entre governos e organizações sociais representativas da agricultura familiar.

A programação da XIV REAF prossegue até sexta-feira (19) no Centro de Convenções Brasil XXI, em Brasília (DF). Além de representantes dos governos e da sociedade civil dos Estados Membros e Associados do Mercosul, participam observadores de governos do continente africano.

PAA estimula o fortalecimento da agricultura familiar no Rio Grande do Sul – Sítio eletrônico do MDA - 19/11/2010

Com a venda de produtos da agricultura familiar para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), a jovem agricultora Marigaiane de Medeiros, 20 anos, assim como outros agricultores de Pelotas (RS) tem garantido uma renda fixa, além da expectativa de aumento de vendas. Agora, tudo que é produzido é vendido

não há desperdício. Por ano, Marigaiane obtém um rendimento familiar de cerca de R\$ 7,2 mil anuais.

Sua experiência exitosa será apresentada durante o III Seminário Nacional do PAA, que será realizado de 24 a 26 de novembro, em Brasília (DF). “Vou contar como tem sido a inclusão das mulheres agricultoras no Programa. Quero mostrar que não somente os homens podem se associar a uma cooperativa e dizer que a mulher também pode ser o 'carro' chefe da família e ficar à frente do trabalho de venda dos produtos”, afirma a jovem agricultora.

Marigaiane conta que tudo começou em 2007, quando se associou a Cooperativa Sul Ecológica de Agricultores Familiares que, hoje, reúne por meio do PAA, 120 famílias de agricultores familiares dos municípios de São Lourenço, Pelotas, Canguçu e Santa Vitória. A Cooperativa, que segue sistemas de produção de base ecológica, contempla fomento da produção, organização social, busca de canais de comercialização e abastecimento, agregação de valor aos produtos e aumento da renda.

Dos cinco integrantes da família Medeiros, ela, o pai e a mãe se dedicam à agricultura familiar. Junto aos outros agricultores integrantes da Cooperativa produzem para o PAA abóbora, batata doce, cenoura, feijão, ovos, suco in natura, mel, entre outros. A compra desses alimentos pelo programa, além de garantir a alimentação de pessoas que vivem em situação de insegurança alimentar e nutricional, está promovendo a inclusão social no meio rural a partir do fortalecimento da agricultura familiar. "Agora, temos renda garantida por 12 meses", destaca a agricultora.

Segundo Marigaiane uma das vantagens de participar do PAA é poder comercializar sem passar por atravessadores que, quando adquiriam seus produtos, vendiam por preços abaixo do mercado. “É importante participar do programa por causa da venda garantida. Os preços estão na média do preço de mercado e não corremos mais o risco de vendermos nossa produção por um preço injusto”, afirma.

Ela comenta que, além dos produtos que disponibiliza para o PAA, sua família também já começa a participar do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). “Tomate e pimentão são as variedades que estamos vendendo para a merenda escolar”, diz. Segundo a agricultora, com mais essa oportunidade de venda para o PNAE a previsão é aumentar a renda anual da família para mais de R\$ 8 mil.

PAA

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), foi criado em 2003 com a articulação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e Governo Federal. Ação estruturante da estratégia Fome Zero. Já foram investidos R\$ 3,5 bilhões na aquisição de 3,1 milhões de alimentos produzidos por agricultores

familiares. Os recursos são do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

O PAA está presente em 2,3 mil municípios brasileiro. Por ano, cerca de 160 mil agricultores familiares comercializam sua produção que abastece, em média 25 mil entidades, são 15 milhões de pessoas. O programa opera com quatro modalidades: Compra Direta da Agricultura Familiar, Formação de Estoques, Compra para Doação Simultânea e Programa do Leite, Incentivo à Produção e Consumo de Leite.

SERVIÇO

III Seminário Nacional do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA)

Data: 24 a 26 de novembro (quarta a sexta-feira)

Horário: 9h às 18h30 – abertura às 10h30

Local: Hotel Nacional – Setor Hoteleiro Sul, quadra 01, bloco A – Brasília (DF)

Países pobres irão pagar 11% a mais por alimentos – Paulo Daniel – Carta Capital – 22/11/2010

De acordo com a FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação), a conta paga pela importação de alimentos no mundo deve ultrapassar a marca de US\$ 1 trilhão, equivalentes a R\$ 1,7 trilhão até o fim deste ano. O motivo é uma alta drástica no preço da maioria das commodities em 2009.

No relatório “Panorama do Alimento”, a agência da ONU também alertou a comunidade internacional a se preparar para ‘tempos mais duros’ caso a produção de itens básicos da cesta de alimentação não aumente no próximo ano.

Segundo a FAO, os países mais pobres terão que pagar 11% a mais para importar alimentos. Este valor quase dobra para os países de renda baixa e com problemas de segurança alimentar.

Ao ultrapassar a marca de US\$ 1 trilhão, a conta de importação de comida atingirá um nível jamais visto desde a crise alimentar mundial, em 2008. Com este quadro de pressão, o mundo terá que permanecer vigilante e preparado a respeito de novos choques em 2011.

As más condições do tempo foram apontadas como um dos fatores agravantes. Apesar de previsões favoráveis, a produção mundial de cereais deve se contrair em 2% e não se expandir em mais de 1% como foi anunciado.

O estoque global de cereais também cairá bastante. Segundo o relatório da FAO, deverá haver uma contração de 7% em média. A agência pediu que os inventários de alimentos sejam reabastecidos. A previsão é de queda de 35% para a cevada, 12% para o milho e 10% para o trigo. Apenas o arroz deve subir, cerca de 6%.

Para tanto, os consumidores não terão outra alternativa a não ser pagar mais pelos alimentos. Um outro fator para o aumento dos preços, em meses recentes, foi a volatilidade no mercado do açúcar, que atingiu picos recordes dos últimos 30 anos. No setor da oleaginosas, os preços continuam relativamente baixos.

Já a carne está mais cara. Na área de leites e derivados, o preço da manteiga bateu novos recordes. O preço da mandioca também subiu.

Por último, o pescado registrou ganhos demonstrando uma boa recuperação após a queda nos preços no fim de 2008.

MDA apresenta avanços do Mais Alimentos a empresas de máquinas e implementos agrícolas – Sítio Eletrônico do MDA - 22/11/2010

O coordenador do Programa Mais Alimentos, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Hercílio Matos, apresentou na sexta-feira (19), na sede da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), em São Paulo (SP), os avanços do Mais Alimentos até 2010 e as perspectivas para 2011. Participaram do encontro representantes de 40 empresas do setor de máquinas e implementos agrícolas.

Durante o encontro, Hercílio destacou que, hoje, cerca de 4.200 itens estão cadastrados no Mais Alimentos. São 11 categorias de produtos e mais de 240 empresas de máquinas e implementos. O coordenador destacou a importância do fortalecimento do Programa. “Desde 4 de novembro, iniciamos ações que visam dinamizar o Mais Alimentos. A meta é ampliar e avançar com novos produtos, principalmente nas regiões do Nordeste e Sudeste.” Uma destas ações é a retomada, em 2011, das caravanas de divulgação do Mais Alimentos.

Hercílio informou que, em dois anos, o MDA já destinou, por meio da linha de crédito do Pronaf Mais Alimentos, mais de R\$ 4 bilhões para modernização de propriedades de agricultores familiares em todo Brasil, beneficiando 100 mil famílias. "A previsão é incluir mais 300 mil famílias até 2014 no Mais Alimentos e injetar cerca de R\$ 12 bilhões na agricultura familiar para modernização de propriedades agrícolas brasileiras", afirmou.

Hercílio lembrou que, na terça-feira (16), entrou em vigor um reajuste de até 10,5% dos preços dos produtos financiados pelo Mais Alimentos, o que estava previsto no acordo de cooperação técnica firmado entre o MDA e os setores industriais. O coordenador destacou que os percentuais estão abaixo da média do mercado e asseguram o diferencial de preço a favor da agricultura familiar.

Exportações para a África

Um dos pontos destacados no encontro foi o processo de cooperação entre o Brasil e países da África, reforçado na quarta-feira (17), com a aprovação pela Câmara de Comércio Exterior (Camex) de uma linha de financiamento do Proex para financiar a exportação de máquinas e equipamentos agrícolas brasileiros enquadrados no Mais Alimentos para países do continente africano. "Esta ação irá criar espaço para exportar os nossos produtos e fortalecerá as oportunidades de geração de empregos no Brasil", lembrou Hercílio.

O encontro realizado na sede da Abimaq também reuniu representantes do Sindicato das Indústrias de Máquinas e Implementos Agrícolas no Rio Grande do Sul (Simers) e da Câmara Setorial de Máquinas e Implementos Agrícolas (CSMIA/Abimaq).

Mais Alimentos

Criado em 2008, o Mais Alimentos é uma linha de crédito do Pronaf que financia a modernização das propriedades familiares. Por meio deste programa o agricultor familiar pode acessar até R\$ 130 mil, com taxa de juros de 2% ao ano, dez anos para pagamento e três anos de carência. A partir do Plano Safra da Agricultura Familiar 2010/2011, o Mais Alimentos passou a financiar projetos coletivos de até R\$ 500 mil.

Os produtos e atividades financiados pelo Programa são: açafrão, arroz, café, centeio, feijão, mandioca, milho, sorgo, trigo, erva-mate, soja, cana-de-açúcar e palmeiras para produção de palmito, apicultura, aquicultura, avicultura, bovinocultura de corte, bovinocultura de leite, caprinocultura, fruticultura, olericultura, ovinocultura, pesca e suinocultura.

Avanços na segurança alimentar mostrados em encontro do Consea – Sítio eletrônico do MDS - 23/11/2010

Brasília, 23 – A ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Márcia Lopes, participou nesta terça-feira (23) da última reunião de 2010 do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea). No encontro, realizado em Brasília, a ministra informou aos conselheiros de algumas das ações do MDS relacionadas à questão de segurança alimentar. “Temos vários avanços reconhecidos no Brasil na área. A política pública vai cumprindo seu papel. Tenho a honra de vivenciar esse momento”.

Uma das ações é a portaria que cria comitê para apresentar o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que deve estar em vigor até agosto de 2011. O comitê tem até 14 de dezembro para apresentar uma proposta. Os parâmetros para a elaboração do plano estão no decreto n.º 7.272 de 25/08/10, assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pela ministra.

Durante a reunião, a coordenadora do Fundo Nacional de Desenvolvimento Nacional da Educação (FNDE), Albaneide Peixinho, apresentou balanço do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), considerado um dos maiores do mundo na área. Além disso, foi divulgada pesquisa nacional sobre a implantação do artigo 14 da Lei 11.947/2009. O texto legal prevê que 30% da compra da alimentação escolar nos municípios devem ser produzidos pela agricultura familiar. A pesquisa, realizada este ano, constatou que 28,31% dos municípios já estão comprando produtos da agricultura familiar. A região onde está mais avançada a execução da lei é a Sul, com 53,49% municípios. A região Norte é onde existem menos municípios participando: 12,28%. A pesquisa constatou ainda que os principais alimentos comprados são hortaliças, legumes e verduras.

PAA beneficia assentados da reforma agrária – Sítio Eletrônico do MDS – 23/11/2010

A importância do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no apoio aos assentamentos da Reforma Agrária será um dos temas apresentados em oficina durante o Seminário Nacional do PAA que acontece entre 24 a 26 de novembro, no Hotel Nacional, em Brasília. Cerca de 800 pessoas são esperadas ao evento, entre representantes dos diversos segmentos da sociedade civil organizada e de gestores públicos das três esferas de governo.

Uma das experiências será das cooperativas localizadas em Porto Alegre (RS). Elas são beneficiadas pelo PAA desde 2003, por meio das modalidades Compra com Doação Simultânea e Formação de Estoques.

Outro caso de sucesso é o dos assentados da reforma agrária do sul da Bahia. Eles contam com o PAA desde 2006, e o programa apoia as agroindústrias familiares da região no processamento de frutas.

Finalmente, a terceira experiência mostra os trabalhadores rurais da região do Alto Sertão de Sergipe. Os assentados locais participam do PAA-Leite desde 2006. O Programa beneficia cerca de 220 pessoas. Antes do PAA, toda a produção era

entregue ao mercado informal, que pagava um preço ao produto muito abaixo do valor de mercado.

Cassel destaca a importância do PAA para o meio rural – Sítio Eletrônico do MDA – 24/11/2010

24/11/2010 16:11

O ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), Guilherme Cassel, participou na manhã desta quarta-feira (24) da abertura do III Seminário Nacional do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que acontece até a próxima sexta-feira (26), no Hotel Nacional, em Brasília (DF).

Para um público de mais de 800 participantes, Cassel destacou a importância do PAA com um programa que, hoje, já é reconhecido internacionalmente. Segundo o ministro, o PAA possibilitou que o Estado brasileiro se relacionasse com o meio rural como ele realmente é, com toda sua diversidade, com quebradeiras de babaçu, extrativistas, quilombolas, ribeirinhos, entre outros.

Para Cassel, o Programa aproxima produtores de consumidores, melhora a produção de alimentos e garante a distribuição adequada e justa de alimentos em todo o País. “É um programa que tende a crescer. É um compromisso da próxima presidente de ampliar o PAA. Assim, vamos construindo, aos poucos, um rural mais igual, mais justo e com mais oportunidade para todos”, afirma.

Entre os desafios, o ministro apontou a maior abrangência do PAA, a ampliação do orçamento do Programa para R\$ 2 bilhões e a maior qualificação da oferta de alimentos, a partir da melhoria do desenvolvimento da produção.

Segundo a ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Márcia Lopes, o seminário tem como objetivo discutir os avanços e desafios do PAA e construir estratégias para a consolidação de políticas públicas continuadas de acesso à alimentação adequada e saudável. “Este é um momento de compartilharmos experiências com quem formula, executa, participa do controle social, do planejamento”, afirmou.

A ministra destacou que o Programa já está presente em 2.300 municípios do Brasil; 160 mil agricultores familiares comercializam, por ano, sua produção por meio do Programa; envolvendo 25 mil entidades e beneficiando 15 milhões de famílias.

Estiveram presentes, o ministro da Pesca e Aquicultura (MPA), Altemir Gregolin; o presidente da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Alexandre Aguiar; o presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), Renato Maluf; o representante regional para América Latina e Caribe da

Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), José Graziano; o presidente do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), Carlos Eduardo Ferrari; além de representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf), da Via Campesina e dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Durante três dias, o III Seminário Nacional do PAA, vai contar com painéis, mesas-redondas, debates em plenário e oficinas com apresentações de experiências exitosas. Na tarde desta quarta-feira haverá a apresentação do painel A Construção da Soberania e da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: o Papel do Programa de Aquisição de Alimentos.

Programa

Em sete anos do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), já foram investidos R\$ 3,5 bilhões. Os recursos, provenientes dos ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA), e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), se destinaram à compra de 3,1 milhões de toneladas de alimentos produzidos por agricultores familiares.

O PAA pode comprar de cada agricultor familiar até R\$ 8 mil, por ano, por meio de convênios firmados via editais públicos e termos de cooperação. Esses alimentos são distribuídos para a rede de equipamentos públicos de alimentação e nutrição, como Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Bancos de Alimentos; para a rede socioassistencial – creches, asilos, instituições filantrópicas – e para escolas públicas. Os produtos compõem estoques estratégicos do governo federal, que servem para complementar a alimentação de famílias em situação de vulnerabilidade social e grupos populacionais específicos, é operacionalizado pela Conab.

Serviço

III Seminário Nacional do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA)
Data: 24 a 26 de novembro (quarta a sexta-feira)
Horário: das 9h às 18h30
Local: Hotel Nacional – Setor Hoteleiro Sul, quadra 01, bloco A – Brasília (DF)

Cassel destaca a importância do PAA para o meio rural – Sítio Eletrônico do MDA - 24/11/2010

O ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), Guilherme Cassel, participou na manhã desta quarta-feira (24) da abertura do III Seminário Nacional do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que acontece até a próxima sexta-feira (26), no Hotel Nacional, em Brasília (DF).

Para um público de mais de 800 participantes, Cassel destacou a importância do PAA com um programa que, hoje, já é reconhecido internacionalmente. Segundo o ministro, o PAA possibilitou que o Estado brasileiro se relacionasse com o meio rural como ele realmente é, com toda sua diversidade, com quebradeiras de babaçu, extrativistas, quilombolas, ribeirinhos, entre outros.

Para Cassel, o Programa aproxima produtores de consumidores, melhora a produção de alimentos e garante a distribuição adequada e justa de alimentos em todo o País. “É um programa que tende a crescer. É um compromisso da próxima presidente de ampliar o PAA. Assim, vamos construindo, aos poucos, um rural mais igual, mais justo e com mais oportunidade para todos”, afirma.

Entre os desafios, o ministro apontou a maior abrangência do PAA, a ampliação do orçamento do Programa para R\$ 2 bilhões e a maior qualificação da oferta de alimentos, a partir da melhoria do desenvolvimento da produção.

Segundo a ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Márcia Lopes, o seminário tem como objetivo discutir os avanços e desafios do PAA e construir estratégias para a consolidação de políticas públicas continuadas de acesso à alimentação adequada e saudável. “Este é um momento de compartilharmos experiências com quem formula, executa, participa do controle social, do planejamento”, afirmou.

A ministra destacou que o Programa já está presente em 2.300 municípios do Brasil; 160 mil agricultores familiares comercializam, por ano, sua produção por meio do Programa; envolvendo 25 mil entidades e beneficiando 15 milhões de famílias.

Estiveram presentes, o ministro da Pesca e Aquicultura (MPA), Altemir Gregolin; o presidente da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Alexandre Aguiar; o presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), Renato Maluf; o representante regional para América Latina e Caribe da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), José Graziano; o presidente do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), Carlos Eduardo Ferrari; além de representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf), da Via Campesina e dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Durante três dias, o III Seminário Nacional do PAA, vai contar com painéis, mesas-redondas, debates em plenário e oficinas com apresentações de experiências exitosas. Na tarde desta quarta-feira haverá a apresentação do painel A Construção da Soberania e da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: o Papel do Programa de Aquisição de Alimentos.

Programa

Em sete anos do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), já foram investidos R\$ 3,5 bilhões. Os recursos, provenientes dos ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA), e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), se destinaram à compra de 3,1 milhões de toneladas de alimentos produzidos por agricultores familiares.

O PAA pode comprar de cada agricultor familiar até R\$ 8 mil, por ano, por meio de convênios firmados via editais públicos e termos de cooperação. Esses alimentos são distribuídos para a rede de equipamentos públicos de alimentação e nutrição, como Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Bancos de Alimentos; para a rede socioassistencial – creches, asilos, instituições filantrópicas – e para escolas públicas. Os produtos compõem estoques estratégicos do governo federal, que servem para complementar a alimentação de famílias em situação de vulnerabilidade social e grupos populacionais específicos, é operacionalizado pela Conab.

Serviço

III Seminário Nacional do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA)

Data: 24 a 26 de novembro (quarta a sexta-feira)

Horário: das 9h às 18h30

Local: Hotel Nacional – Setor Hoteleiro Sul, quadra 01, bloco A – Brasília (DF)

Mais informações: www.mds.gov.br/saladeimprensa/eventos/seguranca-alimentar-e-nutricional/iii-seminario-nacional-do-paa/

Especialistas enfatizam papel do PAA para a segurança alimentar no País – Sítio eletrônico do MDS - 24/11/2010

Representantes das três esferas de governo e da sociedade civil participam do III Seminário Nacional do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, que analisa a importância da consolidação da iniciativa como política pública

O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) é um instrumento fundamental para a construção da soberania e segurança alimentar e nutricional no País. Essa foi uma das constatações dos palestrantes na tarde desta quarta-feira (24), no III Seminário Nacional do PAA, que ocorre até sexta-feira (26), em Brasília, conforme afirmação de Renato S. Maluf, presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea).

“Apesar de reconhecermos sua importância, sabemos também que precisamos ir além e incluir as perspectivas da soberania alimentar e nutricional e o direito humano à

alimentação adequada e saudável”, completou Maluf. “O PAA é um dos melhores exemplos de programa social, público, estruturante, com forte participação da sociedade civil na sua concepção e no controle social”, disse o ex-ministro José Graziano, representante da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) na América Latina e Caribe.

“Quando ouço as pessoas falarem sobre o PAA, é como ouvir as vozes da cidadania”, revelou Maria Emília Pacheco, representante da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase) e do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN).

“O PAA é um programa inovador e que dá uma contribuição direta para o fortalecimento de um modelo alternativo de produção, distribuição e consumo de alimentos”, revelou Adriano Campolina, diretor da ActionAid, organização não governamental que trabalha em mais de 40 países e atua há 12 anos no Brasil.

Os quatro palestrantes participaram do painel “A construção da soberania e segurança alimentar e nutricional no Brasil: o papel do Programa de Aquisição de Alimentos”, coordenado por Crispim Moreira, secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Promovido pelo MDS, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Consea e Conab, o seminário reúne cerca de 900 pessoas, entre representantes da sociedade civil organizada e de gestores públicos das três esferas de governo.

SERVIÇO

III Seminário Nacional do PAA
Data: até 26 de novembro (quarta a sexta-feira)
Horário: a partir das 9h
Local: Hotel Nacional, SHS, Q1, Bloco A, Brasília

Alimentos podem fazer inflação fechar o ano próxima a 6% - Sergio Lamucci – Valor Econômico – Brasil – 24/11/2010

Conjuntura Em novembro, IPCA-15 também apontou pressão em combustíveis e nos serviços

A inflação seguiu em alta forte em novembro, puxada pelo grupo alimentos e bebidas, mas influenciada também pelo aumento das cotações de combustíveis e serviços.

O Índice de Preços ao Consumidor Amplo — 15 (IPCA-15) subiu 0,86%, elevando para 5,47% a variação em 12 meses. Foi a maior alta do índice para um mês de novembro desde os 2,08% de 2002.

Os preços de alimentos e bebidas aumentaram 2,11% no mês, variação que surpreendeu os analistas. Produtos como carnes e feijão tiveram altas muito

expressivas.

As primeiras subiram 6,1% no mês, elevando o acumulado no ano para 20,49%. Já as cotações do feijão carioca avançaram 10,83% em novembro e 105,48% em 2010.

A exemplo do que ocorreu no começo do ano, alimentos e bebidas são os maiores responsáveis pela aceleração recente dos índices de preços. Da alta de 0,86% do IPCA-15, 0,48 ponto percentual veio desse grupo. Da variação de 5,07% acumulada pelo indicador no ano, 1,88 ponto (37% do total) veio dos alimentos, segundo cálculo do economista Fábio Romão, da LCA Consultores.

Outros produtos também tiveram altas razoáveis em novembro.

“As altas foram mais disseminadas neste mês”, como diz a economista Basiliki Litvac, da MCM Consultores. Segundo ela, além de alimentos, houve aumento sazonal do vestuário — salto de 1,17% — e pressão em serviços importantes como aluguel (1,05%), condomínio (0,88%) e empregado doméstico (1,34%), e elevação de 2,22% dos combustíveis para veículos.

O economista-chefe do Banco Fator, José Francisco de Lima Gonçalves, vai na mesma linha, lembrando que também houve aumentos mais fortes nos grupos de serviços e de bens industriais.

Os serviços passaram a acumular alta de 7,38% no acumulado em 12 meses. “Nessa base de comparação, a variação de serviços já se aproxima dos máximos históricos, próximos de 7,5%, vistos em maio de 2009 e outubro de 2003”, observa Gonçalves.

A exclusão do grupo alimentos e bebidas da variação do IPCA-15 também mostra uma aceleração inflacionária que não se limita a esses bens: em novembro, o núcleo do indicador que expurga alimentação subiu 0,49%, razoavelmente acima do 0,3% de outubro.

A alta do IPCA-15 provocou uma onda de revisões para o IPCA em 2010 e, em menor medida, para 2011. O economista-chefe da MB Associados, Sérgio Vale, elevou a sua de 5,4% para 5,8% para este ano. No caso da estimativa para 2011, o aumento foi mais modesto, de 5,2% para 5,3%. São patamares consideravelmente distantes do centro da meta perseguida pelo Banco Central (BC) neste ano e no ano que vem, de 4,5%.

Vale é um dos economistas que defendem a alta dos juros, hoje em 10,75% ao ano. “A Selic já deveria ter subido — na verdade não deveria ter parado de subir.” Para ele, “tecnicamente” a decisão não deve passar de janeiro. “Por ter postergado a política ao longo do ano, o governo Lula vai entregar para sua sucessora um aumento de Selic logo de início. Não fazer isso será um péssimo sinal.” Gonçalves diz que é preocupante uma inflação rodando na casa de 5,8% em 12 meses, o que deve exigir uma reação do BC e do governo.

A melhor estratégia, para ele, não passa por um aumento dos juros, que pode complicar a situação do país num momento em que a atividade econômica não é das mais robustas e o câmbio está valorizado demais. O ideal seria combinar um forte

aperto fiscal com medidas de controle do crédito.

Se bem calibradas, poderiam tornar desnecessária a alta da Selic, afirma ele, que não acredita, contudo, nesse cenário. O mais provável é que os juros comecem a subir já no começo de 2011.

Já o economista Maurício Molan, do Banco Santander, aposta numa retomada do crescimento a taxas mais fortes, destacando que o mercado de trabalho está muito aquecido. Nesse cenário, ele vê como fundamental um aumento de juros para trazer a inflação para a trajetória das metas, provavelmente a partir de janeiro.

Romão destoa da maior parte do mercado, afirmando que uma alta da Selic não é inevitável. Ele ressalta, primeiro, que a pressão sobre os alimentos deve diminuir nos próximos meses, ficando mais evidente no primeiro trimestre de 2011. Pode não haver uma descompressão como a realizada entre junho e agosto, mas os preços de alimentos vão ceder, aposta Romão.

Ele também diz que os preços de serviços não manterão o mesmo ímpeto no ano que vem, em parte por causa do impacto defasado da fase menos exuberante do mercado de trabalho, em parte devido ao aumento menos expressivo do salário mínimo — que impacta itens como empregado doméstico e impulsionará menos a atividade econômica. Além disso, trabalha com um aperto da política fiscal que ajude a tornar dispensável a elevação da Selic. Romão projeta um IPCA de 5,8% em 2010 e de 4,8% em 2011 — próximo do centro da meta de 4,5%.

Produção de alimentos se torna fator estratégico – Sítio Eletrônico do MAPA – 25/11/2010

Brasília - “O Brasil avançou muito nas exportações agropecuárias nos últimos anos e agora é o momento de consolidar este espaço, afirmou o secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Francisco Jardim, nesta quinta-feira, 25 de novembro. Ele participa de encontro, em Brasília, entre governo e setor privado para definir estratégias para o comércio internacional em 2011.

Na opinião do secretário, o Brasil não é mais um pequeno vendedor no mercado mundial de alimentos e, de agora em diante, é preciso promover um marketing positivo dos produtos brasileiros. Para Jardim, a integração entre governo e empresários também é fundamental para a abertura de novos mercados e a ampliação daqueles já consolidados. “Precisamos criar, com cada setor, uma agenda para levantar demandas e dificuldades em aspectos sanitários e culturais com cada país e traçar ações para a busca de novos mercados”, afirmou.

Francisco Jardim defendeu maior participação das empresas e entidades exportadoras em organismos internacionais, como a Organização Mundial de Saúde Animal (OIE)

e o *Cobex Alimentarius*. Segundo ele, as discussões nesses fóruns, embora sejam realizadas prioritariamente pelo setor público, afetam diretamente a iniciativa privada. Ele sugeriu também a adoção de um sistema de gestão com base em princípios científicos que favoreçam as negociações entre países.

As apresentações da reunião *4ª Reunião Estratégica: Resultados 2010/Perspectivas 2011* seguem durante todo o dia no Hotel Grand Bittar. À tarde, as discussões serão direcionadas para produtos de origem vegetal. (Eline Santos)

MDA amplia alcance do Programa Mais Alimentos – Sítio Eletrônico do MDA - 25/11/2010

O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou nesta quinta-feira (25) medida que amplia o alcance do Programa Mais Alimentos, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Agora, os agricultores familiares poderão realizar, por meio desta linha de crédito especial do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), operações de financiamento inferiores a R\$ 10 mil para a compra de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas. O limite máximo é de R\$ 130 mil.

Com esta mudança, agricultores familiares poderão utilizar o Pronaf Mais Alimentos para comprar equipamentos como ordenhadeira balde ao pé, com capacidade para ordenhar até duas vacas leiteiras. O conjunto, com duas peças, custa, em média, cerca de R\$ 2.500,00. Outro exemplo de produto que poderá ser financiado é um sistema de irrigação por aspersão que custa, em média, R\$ 7 mil. O produtor também poderá acessar a linha de crédito para a aquisição de desintegrador, utilizado para produção de ração animal, que custa a partir de R\$ 870,00.

Mais Alimentos

O Mais Alimentos é uma linha de crédito do Pronaf que financia a modernização das propriedades familiares. Por meio do Programa, o agricultor familiar pode acessar até R\$ 130 mil, com taxa de juros de 2% ao ano, dez anos para pagamento e até três anos de carência. A partir da safra 2010/2011, o Mais Alimentos passou a financiar projetos coletivos de até R\$ 500 mil.

Um acordo entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e empresas fabricantes de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas permite aos agricultores familiares adquirir estes produtos com descontos de até 15% em relação aos preços de mercado. Os produtos e atividades financiados pelo Programa são: açafrão, arroz, café, centeio, feijão, mandioca, milho, sorgo, trigo, erva-mate, apicultura, aquicultura, avicultura, bovinocultura de corte, bovinocultura de leite, caprinocultura, fruticultura, olericultura, ovinocultura, pesca e suinocultura.

DAP

Na reunião desta quinta-feira (25), o Conselho Monetário Nacional também aprovou uma alteração no Manual de Crédito Rural, tornando obrigatória a apresentação de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) válida para a comprovação de enquadramento do agricultor familiar como beneficiário do Pronaf.

Lula: PAA fortalece a agricultura familiar e a soberania alimentar – Sítio Eletrônico do MDA - 25/11/2010

“Gente que passa a ter vida mais digna, a acreditar na terra”. Foi assim que o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, destacou a relevância do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para os agricultores familiares. Lula participou na manhã desta quinta-feira (25), do III Seminário Nacional do PAA, que se realiza até a próxima sexta-feira (26), no Hotel Nacional, em Brasília (DF).

O presidente destacou a importância do Programa no combate à fome e a insegurança alimentar. “São 160 mil agricultores familiares que, por ano, têm mercado garantido para a sua produção”. Segundo Lula, mais de 3 milhões de toneladas de alimentos já chegaram à mesa de 15 milhões de pessoas que viviam em risco de segurança alimentar.

Participam do PAA 25 mil instituições que são beneficiadas com os alimentos, são escolas, creches, asilos, hospitais e restaurantes populares.

Segundo o presidente, o PAA conseguiu cumprir seu duplo papel: diversificar a produção, fortalecer a agricultura familiar e garantir soberania alimentar. Lula também destacou a nova relação que o Programa criou entre o Estado brasileiro e a sociedade. Segundo ele, o sucesso do PAA é decorrente da decisão do diálogo com a sociedade civil.

A ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Márcia Lopes, explicou que o PAA está em todo território nacional. “Faz o alimento chegar à cidade”, afirmou. Ela destacou a importância da parceria com os ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA), da Pesca e Aquicultura e Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), como “fundamental para a consolidação do PAA”.

De acordo com a ministra, 350 tipos de alimentos da agricultura familiar são fornecidos pelo Programa. Para ela, o PAA demonstra que “é possível transformar a realidade brasileira”.

Balanco do PAA

O primeiro painel da manhã desta quinta-feira (25) abordou o tema Programa de Aquisição de Alimentos no Âmbito da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: Avanços e Resultados. Participaram o diretor de Geração de Renda e Agregação de Valor da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF/MDA), Arnaldo de Campos; o diretor de Política Agrícola e Informações da Conab, Silvio Porto; o diretor do Departamento de Apoio à Produção Familiar e ao Acesso à Alimentação do MDS, Marcelo Piccin e a pesquisadora Emma Siliprandi.

O diretor da SAF/MDA apresentou um balanço do Programa no período 2003-2009. “O PAA tem a finalidade de promover o direito humano à alimentação adequada, no contexto da segurança alimentar e nutricional”, destacou Campos.

Segundo ele, os recursos para o PAA saltaram de mais de R\$ 144 milhões (em 2003) para R\$ 807 milhões em 2010. Em 2003, participavam do Programa 42 mil agricultores familiares e, para 2010, a estimativa é de 213 mil. O número de beneficiados também aumentou de 226 mil pessoas (2003) para 18 milhões de atendimentos.

O PAA está presente em 2,3 mil municípios brasileiros e opera com quatro modalidades: Compra Direta da Agricultura Familiar, Formação de Estoques, Compra para Doação Simultânea e Programa do Leite, Incentivo à Produção e Consumo de Leite. Dessas modalidades, a que mais executou recursos no período 2003-2010 foi a Compra com Doação Simultânea, com 39% dos recursos.

O diretor do MDS fez um balanço do programa. Segundo ele, o PAA paga 30% a mais para os produtos de origem orgânica e agroecológica. “O desafio é incluir mais produtos.”, afirma.

Os beneficiários da doação dos alimentos pelo PAA são os segmentos em situação de insegurança alimentar. Segundo Piccin, das entidades beneficiadas com a modalidade da Doação Simultânea, 31% são escolas e 18,2% associações beneficentes. “Mas temos que avançar mais”, alerta o diretor.

Segundo ele, é preciso um salto de qualidade e avançar na intersetorialidade do Programa. Para Piccin é necessário melhorar a base de dados, ampliar e qualificar a participação e o controle social. O diretor destaca entre os desafios, buscar maior articulação com outras políticas, programas e ações como a implantação do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa), as ações e programas de agroindustrialização da produção familiar e ampliação dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater).

O III Seminário Nacional do PAA segue, à tarde, com oito oficinas que abordarão: O PAA como estratégia de promoção da Soberania Alimentar entre os Povos e

Comunidades Tracionais; O PAA e o Fortalecimento das Organizações da Agricultura Familiar; O PAA e a Autonomia Econômica das Mulheres; O PAA como estratégia de abastecimento dos equipamentos públicos de alimentação e nutrição e da rede sócio assistencial; O PAA nos Assentamentos da Reforma Agrária; A Participação e o Controle Social no PAA; O PAA e a estruturação de redes de comercialização; e O PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) – Ações integradas de Segurança Alimentar e Nutricional (San).

SERVIÇO

III Seminário Nacional do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA)
Data: 24 a 26 de novembro (quarta a sexta-feira)
Horário: 9h às 18h30 – abertura às 10h30
Local: Hotel Nacional – Setor Hoteleiro Sul, quadra 01, bloco A – Brasília (DF)

Para Lula, PAA fortalece agricultura familiar e cumpre papel na soberania alimentar – Sítio Eletrônico do MDS – 25/11/2010

O segundo dia do evento teve a participação do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que destacou a importância do Programa no combate à fome e à insegurança alimentar

Brasília, 25 – “Gente que passa a ter vida mais digna, a acreditar na terra”. Foi assim que o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, destacou a relevância do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) para os agricultores familiares. Lula participou na manhã desta quinta-feira (25), do 3º Seminário Nacional do PAA, que acontece até a próxima sexta-feira (26), no Hotel Nacional, em Brasília (DF).

O presidente destacou a importância do Programa no combate à fome e a insegurança alimentar. “São 160 mil agricultores familiares que, por ano, têm mercado garantido para a sua produção.” Segundo Lula, mais de 3 milhões de toneladas de alimentos já chegaram à mesa de 15 milhões de pessoas que viviam em risco de insegurança alimentar.

Participam do PAA 25 mil instituições que são beneficiadas com os alimentos, entre escolas, creches, asilos, hospitais e Restaurantes Populares. Segundo o presidente, o PAA conseguiu cumprir seu papel: diversificar a produção, fortalecer a agricultura familiar e garantir soberania alimentar. Lula também destacou a nova relação que o Programa criou entre o Estado brasileiro e a sociedade. Segundo ele, o sucesso do PAA é decorrente da decisão do diálogo com a sociedade civil.

A ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Márcia Lopes,

explicou que o PAA está em todo território nacional. “Faz o alimento chegar à cidade”, afirmou. Ela destacou a importância da parceria com os ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA), da Pesca e Aquicultura e Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) como “fundamental para a consolidação do PAA”.

De acordo com a ministra Márcia Lopes, 350 tipos de alimentos da agricultura familiar são fornecidos pelo Programa. Para ela, o PAA demonstra que “é possível transformar a realidade brasileira”.

Balanco do PAA – O primeiro painel da manhã desta quinta-feira (25) abordou o tema Programa de Aquisição de Alimentos no Âmbito da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: Avanços e Resultados. Participaram o diretor de Geração de Renda e Agregação de Valor da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF/MDA), Arnaldo de Campos; o diretor de Política Agrícola e Informações da Conab, Silvio Porto; o diretor do Departamento de Apoio à Produção Familiar e ao Acesso à Alimentação do MDS, Marcelo Piccin; e a pesquisadora Emma Siliprandi.

O diretor da SAF/MDA apresentou um balanço do Programa referente ao período 2003-2009. “O PAA tem a finalidade de promover o direito humano à alimentação adequada, no contexto da segurança alimentar e nutricional”, destacou Campos. Segundo ele, os recursos para o PAA saltaram de mais de R\$ 144 milhões (em 2003) para R\$ 807 milhões em 2010. Em 2003, participavam do Programa 42 mil agricultores familiares e, para 2010, a estimativa é de 213 mil. O número de beneficiados também aumentou de 226 mil pessoas (2003) para 18 milhões de atendimentos.

O PAA está presente em 2,3 mil municípios brasileiros e opera com quatro modalidades: Compra Direta da Agricultura Familiar, Formação de Estoques, Compra para Doação Simultânea e Programa do Leite, Incentivo à Produção e Consumo de Leite. Dessas modalidades, a que mais executou recursos no período entre 2003 e 2010 foi a Compra com Doação Simultânea, com 39% do recursos.

O diretor do MDS fez um balanço do programa. Segundo ele, o PAA paga 30% a mais para os produtos de origem orgânica e agroecológica. “O desafio é incluir mais produtos”, afirma.

Os beneficiários da doação dos alimentos pelo PAA são os segmentos em situação de insegurança alimentar. Segundo Piccin, das entidades beneficiadas com a modalidade da Doação Simultânea, 31% são escolas e 18,2% são associações beneficentes. “Mas temos que avançar mais”, alerta o diretor. Segundo ele, é preciso haver um salto de qualidade e avançar na intersetorialidade do Programa. Para Piccin, é necessário melhorar a base de dados e ampliar e qualificar a participação e o controle social. Entre os desafios destacados, estão a busca por maior articulação com outras políticas, programas e ações como a implantação do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa), as ações e programas de agroindustrialização da produção familiar e ampliação dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater).

O 3º Seminário Nacional do PAA segue, à tarde, com oito oficinas que abordarão o PAA como estratégia de promoção da soberania alimentar entre os povos e comunidades tracionais; o PAA e o fortalecimento das organizações da agricultura

familiar; o PAA e a autonomia econômica das mulheres; o PAA como estratégia de abastecimento dos equipamentos públicos de alimentação e nutrição e da rede socioassistencial; o PAA nos assentamentos da reforma agrária; a participação e o controle social no PAA; o PAA e a estruturação de redes de comercialização; e o PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) – ações integradas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).

O Seminário é promovido pelo MDS, MDA, Consea e Conab. [A programação completa do evento está disponível no portal do MDS.](#)

Acesse o boletim: [Presidente Lula diz que PAA ajuda no combate à fome](#)

Seminário debate desafios e estratégias para consolidação do PAA – Sítio Eletrônico do MDA - 26/11/2010

A manhã do terceiro e último dia do III Seminário Nacional do Programa Aquisição de Alimentos (PAA), que acontece no Hotel Nacional, em Brasília (DF) teve como tema da mesa redonda os Desafios e Estratégias para a Consolidação do PAA na Perspectiva do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Participaram da mesa o diretor de Geração de Renda e Agregação de Valor da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA), Arnoldo de Campos; o secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Crispim Moreira; o secretário Adjunto de Política Econômica do Ministério da Fazenda (MF), Gilson Bittencourt; e o diretor de Política Agrícola e Informações da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Silvio Porto.

Para o diretor da SAF/MDA, o PAA tem como desafio contar com outras políticas do governo federal para o seu crescimento, sua consolidação. Campos destacou o fortalecimento da agricultura familiar nos últimos oito anos que colocaram o tema na pauta de discussões e a construção de um conjunto de políticas para estes agricultores. “O PAA é uma ferramenta de fortalecimento da agricultura familiar”, afirmou.

Arnoldo Campos apontou os avanços no crédito rural do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), a criação de seguros climático e de preço e a reestruturação da Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater). “Hoje, mais de 700 instituições entre governamentais e não governamentais prestam serviços de Ater no País”.

Segundo o diretor, o próximo desafio para o avanço do PAA é a organização econômica dos agricultores familiares para a consolidação do acesso a mercado.

O secretário do MDS, Crispim Moreira, ressaltou a importância do PAA como uma “política territorial”. Ele apontou a ampliação dos recursos, a lei que está em discussão no Congresso sobre o PAA e a importância do programa para a reestruturação da Conab. Para o secretário, é preciso avançar nas capacitações de técnicos e na intersetorialidade do programa.

Para o diretor da Conab, entre os desafios do PAA estão a insuficiência de recursos e a criação de novos instrumentos de operacionalização do Programa. Silvio Porto reforçou a necessidade do PAA avançar mais ao Norte e Nordeste do País.

O secretário do Ministério da Fazenda também falou sobre o PAA. Gilson Bittencourt afirmou que o Programa é um mecanismo de estímulo para que os agricultores possam acessar o mercado institucional como da alimentação escolar, dos hospitais, creches, entre outros. “O PAA é uma transição para os agricultores familiares que estão fora do mercado para que se insiram nele”. Para ele, o Programa precisa buscar aquele que ainda precisa vender.

O III Seminário Nacional do PAA encerra no final da tarde desta sexta-feira (26). O evento é promovido pelo MDS, MDA, Mapa, Consea e Conab.

Cai pela metade número de extremamente pobres com insegurança alimentar grave – Sítio Eletrônico do MDS – 26/11/2010

O levantamento sobre segurança alimentar da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) divulgado pelo IBGE aponta que, de 2004 a 2009, o número de pessoas extremamente pobres em situação de insegurança alimentar grave caiu de 8,4 milhões para 4,4 milhões

Rio de Janeiro, 26 – No conjunto de brasileiros em situação de extrema pobreza, com renda de até um quarto do salário mínimo, foi identificada a maior redução, em números absolutos, da insegurança alimentar grave. De 2004 para 2009, caiu de 8,4 milhões para 4,4 milhões o quantitativo de pessoas com a mais baixa renda neste quadro, uma redução de 48%.

A diminuição foi constatada no levantamento sobre segurança alimentar da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou nesta sexta-feira (26). É a segunda vez que a instituição, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), faz esse trabalho. Ao entrevistar as pessoas, a Pnad afere a percepção delas em relação à segurança alimentar. Os dados permitem fazer uma comparação da situação alimentar dos brasileiros entre 2004 e 2009 e monitorar a eficácia das ações de combate à fome, que é uma prioridade do Governo.

De acordo com a pesquisa, é possível verificar que o número de extremamente pobres no quadro geral de insegurança alimentar (leve, moderado ou grave) diminuiu de 27,2

milhões para 14,3 milhões de pessoas, uma queda de 47%. Essa mudança também pode ser explicada pelo contingente de pessoas que deixaram a mais baixa faixa de renda nos últimos cinco anos.

O secretário executivo do MDS, Rômulo Paes, presente à divulgação, destaca que a pesquisa apresenta uma evolução positiva geral para o País, com ênfase nos mais pobres. "Os ganhos foram mais substantivos para os com maior vulnerabilidade. O resultado mostra o acerto no foco dos programas sociais. O volume de investimento continua justificável para manter o grau alcançado e avançar mais junto às populações que ainda precisam", enfatizou.

Essa pesquisa leva em conta a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (Ebia). São quatro níveis: insegurança alimentar grave: redução quantitativa de alimentos entre as crianças. Caracteriza a fome (quando alguém fica o dia inteiro sem comer por falta de dinheiro para comprar alimentos); insegurança alimentar moderada: redução quantitativa de alimentos entre os adultos; insegurança alimentar leve: incerteza quanto ao acesso aos alimentos no futuro e uso de alimentos de qualidade inadequada para não comprometer a quantidade; segurança alimentar: acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente.

Redução da desigualdade – No conjunto da população, independentemente da renda, mais 17 milhões de pessoas passaram a se enquadrar no nível de segurança alimentar (de 109 milhões para 126 milhões). Esse aumento foi registrado em todas as regiões, em especial no Nordeste, e nas áreas rurais e urbanas. No Norte e no Nordeste, também foi identificado um maior aumento no número de famílias com crianças e adolescentes que passaram a se enquadrar no nível de segurança alimentar.

A pesquisa foi aplicada em 154 mil residências, que englobam 400 mil pessoas em 851 municípios. Foram feitas 14 perguntas, elas “nos últimos três meses, os moradores deste domicílio tiveram a preocupação de que a comida acabasse antes que tivessem dinheiro para comprar mais alimentos?”.

No País, no ano passado, 40,1 milhões de pessoas estavam em situação de insegurança alimentar leve, 14,2 milhões no nível moderado e 11,1 milhões no considerado grave. Pela comparação com os dados de 2004, é possível perceber que os casos graves e moderados migraram para a classificação leve, pois diminuiu a quantidade de brasileiros nos dois patamares inferiores e aumentou no intermediário e no primeiro nível.

A pesquisa revelou ainda uma redução da desigualdade em relação à segurança alimentar. Enquanto, na área urbana, esse nível teve uma melhora de 5 pontos percentuais, na zona rural, foi de 10 pontos percentuais. A mesma constatação é em relação à situação de brancos em comparação com pretos e pardos, o segmento com o maior avanço. A Pnad conclui ainda que a escolaridade está diretamente ligada à segurança alimentar.

“Como há uma relação muito grande entre pobreza e segurança alimentar, podemos atribuir ao Bolsa Família uma grande ajuda no combate à desnutrição. Justamente as populações mais pobres, população negra, parda, mulheres, moradores das regiões Norte e Nordeste, que historicamente apresentaram condições desfavoráveis, foram as

que apresentaram os melhores resultados”, argumenta Rômulo Paes. “Se nós compararmos o Brasil com países que têm economias semelhantes à nossa e grande investimento em política social, como é o caso do México, nossa situação é muito mais favorável”, acrescenta.

O diretor do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) Francisco Menezes destacou que os resultados da pesquisa mostram que o Bolsa Família está bem focalizado. Durante a divulgação da Pnad, ele, que também faz parte do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), defendeu um aumento no valor do benefício do programa e disse que vê com muita esperança a questão da erradicação da miséria que está sendo colocada pela presidente eleita, Dilma Rousseff.

A íntegra da pesquisa está no site do IBGE.

O Programa de Aquisição de Alimentos como estratégia da soberania alimentar entre povos e comunidades tradicionais – Sítio eletrônico do MDS – 26/11/2010

Brasília, 26 – Para chegar ao município de Carauari, partindo de Manaus (AM), são necessários pelo menos sete dias de barco ou R\$ 1,5 mil, que é o valor da passagem de avião. A distância, o alto custo de locomoção, o tempo gasto foram alguns dos motivos que levaram os pequenos extrativistas da Reserva Extrativista Médio Juruá e Reserva de Desenvolvimento Sustentável Uacari a criarem, há 16 anos, a Associação dos Produtores Rurais de Carauari.

Desde 2009, a Associação comercializa para o PAA a produção de 50 comunidades, 531 famílias, 2.355 pessoas. Funciona assim: o barco desce e sobe o rio comprando e entregando a produção agrícola e extrativista. Cada percurso dura 50 horas.

“O capital de giro inicial era de R\$ 80 mil, hoje são R\$ 200 mil. Os produtores ganharam tempo, dinheiro, valorização de suas mercadorias, garantia de comercialização e se libertaram dos regatões [expressão usada pelos ribeirinhos para representar os atravessadores]. Além disso, é evitada a migração de famílias para a cidade por falta de oportunidades.” Esse foi o relato do membro da Associação e do Conselho Nacional das Populações Extrativistas Adevaldo. Segundo ele, em um único mês em 2010, a comercialização foi maior do que em um ano, comparando com anos anteriores.

O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) como estratégia de promoção da soberania alimentar entre os povos e comunidades tradicionais foi tema de uma das oficinas da quinta-feira (25) realizada durante o 3º Seminário Nacional do PAA que está acontecendo desde quarta-feira (24), no Hotel Nacional em Brasília. Extrativistas de produtos da sociobiodiversidade e produtores de alimentos em pequena e média escala são as práticas entre esses povos e comunidades.

Quebradeiras de coco babaçu – As mulheres quebradeiras de coco babaçu do município de Esperantinópolis (MA) estão no PAA desde 2005. Por meio da Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Esperantinópolis e com apoio do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), presente em quatro estados (Maranhão, Piauí, Tocantins e Pará), participaram de três projetos do programa.

“São 30 famílias que colhem o babaçu, lavam o fruto, tiram a fibra, extraem a massa, que depois de seca é entregue para o PAA e doada para escolas públicas e pastorais da criança. A cooperativa, além de ser a ponte entre os produtores e o programa, atua no controle de qualidade e na capacitação das quebradeiras de coco babaçu”, conta Maria de Jesus Bringelo, coordenadora geral do MIQCB.

Quilombolas – Desde 2008, famílias descendentes de escravos em Areia (PB) participam do PAA. A Associação da Comunidade Negra Senhor do Bonfim comercializa a produção das hortas orgânicas e da Casa da Farinha. A eliminação do atravessador, a agregação de valor aos produtos, a renda mínima e a elevação da autoestima são algumas das vantagens da participação no programa. A produção é entregue para 11 escolas, e o excedente é comercializado.

Índios – Quase 200 famílias indígenas de Pesqueira (PE) entregam 39 tipos de produtos para o Programa de Aquisição de Alimentos desde 2007. A Associação Indígena Xukuru do Ororubá conta com a parceria do Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA) na comercialização agrícola e leiteira.

São 59 famílias cuja produção agrícola é entregue para 13 escolas, uma creche, um asilo e uma instituição para pessoas com deficiência, o que soma cerca de 10,5 mil pessoas. A produção de leite de 150 famílias é entregue para 49 entidades de 11 municípios. A garantia do preço fixo e o trabalho solidário são as principais características.

Seminário – O 3º Seminário Nacional do PAA prossegue nesta sexta-feira (26) com a mesa-redonda sobre “Desafios e Estratégias para a Consolidação do PAA na Perspectiva do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional”. Além dos 950 participantes, estará presente a ministra de Inclusão Econômica e Social do Equador, Ximena Ponce León. O encerramento acontece às 17h.

O Seminário é promovido pelo MDS, MDA, Consea e Conab. [A programação completa do evento está disponível no portal do MDS.](#)

Fome ainda atinge 11,2 milhões no País – *Felipe Werneck* - Estado de São Paulo – Nacional – 27/11/2010

Pelo menos 11,2 milhões de brasileiros passavam fome ou estavam sob risco iminente de não poder comer por falta de dinheiro, aponta IBGE no estudo Segurança Alimentar,

com dados de 2009. Na primeira edição da pesquisa, em 2004, o número era de 14,9 milhões. São 3,7 milhões de pessoas amenas em “situação de insegurança alimentar grave”, uma queda de 24,8% em cinco anos. No período, a população do País aumentou 5,5%. O estudo divulgado ontem foi feito em convênio como Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Para o IBGE, o impacto do Bolsa-Família foi o

principal fator para a redução do número de brasileiros que passam fome.

O aumento do salário mínimo seria o segundo motivo.

“A queda foi muito importante, mas ainda há 11,2 milhões de pessoas que precisam ser vistas e cuidadas”, diz a gerente da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do IBGE, Maria Lucia Vieira. “O objetivo é eliminar essa preocupação”. O secretário executivo do ministério, Rômulo Paes de Sousa, avalia que “o ganho foi excepcional para um período tão curto”.

Segundo ele, o objetivo do governo é acabar com a fome no País, mas a “supressão completa desse temor leva tempo”. Para Sousa, a permanência de mais de 11 milhões de pessoas na situação grave deve ser relativizada. “A questão da insegurança alimentar

aparece inclusive no país mais rico do mundo, os Estados Unidos”, afirma. “Quando comparamos o Brasil com países que têm economia semelhante e investimento também em política social, como o México, a nossa situação é muito mais favorável”, argumenta.

Segundo a pesquisa, apenas 65,8% dos brasileiros estavam em condição de segurança alimentar em 2009, ante 60,1% em 2004. Ou seja, no ano passado mais de um terço da população (34,2%) estava em situação de insegurança. São pessoas que apresentavam alguma restrição alimentar ou, pelo menos, preocupação com a possibilidade de ocorrer restrição por falta de dinheiro para comprar comida.

Esse grupo se dividia em três categorias: 20,9% com insegurança leve, 7,4% com moderada e 5,8% na situação grave (11,2 milhões de pessoas). Do total na última classificação, 1 milhão eram crianças de 0 a 4 anos. Em 2004, a situação grave atingia 8,2% da população.

O representante do ministério citou dados do México para afirmar que, lá, 62% encontram-se em situação de insegurança alimentar (leve, moderada e grave). “Nos EUA, a insegurança alimentar moderada e grave era de 5,7% em 2008, antes da crise”, afirma Rômulo. “A informação que temos é que a situação piorou em função da crise, por causa do aumento do desemprego.”

O IBGE aponta forte associação entre condição alimentar e rendimento das famílias: 58,3% dos domicílios do País na situação de insegurança moderada ou grave tinham até meio salário mínimo per capita ou nenhum rendimento.

O estudo também mostra que os percentuais de insegurança alimentar são mais altos nos domicílios com maior densidade por dormitório.

A gerente da pesquisa ressalta que a redução ocorreu principalmente nos domicílios onde havia crianças, na região Nordeste e na área rural. “O foco do Bolsa Família são domicílios com limitação de renda e com crianças”, explica ela. “Se o programa social estiver sendo encaminhado adequadamente, o impacto deve ter sido até mais importante do que o do salário mínimo”, diz Maria Lucia.

O IBGE aplicou um questionário com 14 perguntas sobre insegurança alimentar nos domicílios investigados na Pnad.

As respostas foram dadas com base na experiência dos entrevistados nos três meses anteriores. Não foi calculado, porém, o percentual de famílias com insegurança alimentar que eram atendidas pelo Bolsa Família em 2009.

Revisão. O diretor do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) e ex-presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), Francisco Menezes, defendeu uma “revisão permanente” do benefício do programa.

“Acho que o Bolsa Família teve papel grande, porque existem famílias que não têm renda ou ela é muito baixa. Nesse sentido, está bem focado. Mas hoje o valor médio transferido é de até R\$ 94, ainda abaixo da linha de pobreza extrema”, avalia.

“Defendo a revisão permanente. Hoje, isso ocorre às vezes. Deveria ser tal como é com salário mínimo, a cada ano. Ainda não é suficiente, mas ajuda muito.”

Para Menezes, o resultado do estudo mostra que “progresso foi muito significativo, porque não é fácil fazer a redução”.

“Vejo com esperança quando a presidente eleita diz que o foco principal dela vai ser enfrentar a pobreza extrema. Isso é factível, mas vai exigir não só continuidade dessas políticas, mas a capacidade de integração cada vez maior para que se possa de fato erradicar a insegurança alimentar grave.”

Insegurança alimentar caiu mais no Nordeste e nas áreas rurais - Estado de São Paulo – Nacional – 27/11/2010

A maior queda do número de pessoas em situação de insegurança alimentar ocorreu no Nordeste, principalmente na área rural, mas a região ainda era em 2009 a que mais concentrava brasileiros com fome. O percentual de domicílios nordestinos na categoria de insegurança alimentar grave caiu de 13,2% em 2004 para 9,3% em 2009. O estudo mostra que, apesar de concentrar 28,2% da população, o Nordeste reunia 41,7%

dos brasileiros com insegurança alimentar no ano passado.

Todos os Estados do Nordeste e do Norte apresentaram proporções de segurança alimentar inferiores à média nacional.

A pior situação do País foi verificada no Maranhão.

Lá, havia alimentação saudável e em quantidade suficiente assegurada em apenas 35,4% dos domicílios em 2009. Ou seja: 64,6% estavam com insegurança alimentar, sendo 14,8% na categoria grave. O segundo pior foi o Piauí.

Os três Estados do Sul são os que têm a maior segurança alimentar.

Ou seja: é onde a população menos se preocupa com a falta de dinheiro para comer. A média na região para a situação grave foi de 2,1% dos domicílios em 2009, ante 3,7% em 2004.

“Como há correlação grande entre pobreza e insegurança alimentar, sobretudo grave, certamente podemos atribuir ao Bolsa Família uma grande ajuda nessa questão. Justamente as populações mais pobres, no Nordeste e no Norte, pretos e pardos, aqueles em condições mais desfavoráveis historicamente, apresentamos melhores resultados”, disse o secretário executivo do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Rômulo Paes de Sousa.

Segundo ele, o governo está preocupado em garantir não só alimentação para todos, mas alimentos de qualidade. “Em 5 anos, as pessoas não só tiveram uma vivência positiva de acesso ao alimento, mas a memória de períodos mais adversos começa a desaparecer, porque têm renda mais estável.”

Apesquisa avalia a percepção.

“Estamos aomesmotempore preocupados com a desnutrição, que caiu profundamente, mas também com a obesidade.” O estudo mostra que o percentual de domicílios com

fogão, geladeira e televisão, eletrodomésticos mais difundidos, aumentou com mais intensidade nos domicílios inseguros.

Farinha ajuda a disfarçar a falta de feijão com arroz – Angela Lacerda - Estado de São Paulo – Nacional – 27/11/2010

Mochilas, panos, papelão, sacolas, pedaços de pão e banana estão espalhados pela calçada no Cais de Santa Rita, Bairro de São José, no Recife. Sob a marquise, famílias ficam expostas a uma espécie de ‘vitrine’ à espera de cestas básicas, roupas ou qualquer doação de quem passa. No Natal a solidariedade é disputada.

“Chegamos dia 20 para pegar logo um lugar”, diz Maria da Penha Nascimento, 71 anos, sete filhos, 19 netos. “A gente só volta para casa no dia 30 de dezembro”, diz amorador a favelado Coque, na Ilha Joana Bezerra, e não reclama do desconforto da rua. Em casa, diz, não é muito diferente.

Ana Vera Cruz de Menezes, filha de Maria da Penha, está grávida de dois meses. Do quinto filho.

Mora perto da mãe. Parou de estudar na quinta série, não trabalha e diz querer que os filhos estudem. Maria da Penha, ao lado, fica magoada. Ela tinha o mesmo sonho.

Até ontem, ainda esperavam desoladas porque não ganharam nada. “Nem uma cestinha

básica”. Cinco dos filhos de Maria da Penha moram com ela. Nenhum está empregado, a maioria pedenarua ou recolhe garrafas e latas para vender. O Bolsa Família que ela recebe – R\$ 68,00 – não garante refeições para todos.

De manhã, todos comeram pão com café. Ao meio dia, o dinheiro recolhido nos semáforos permitiu que comprassem almoço pronto – arroz, feijão, macarrão e galinha –, que foi dividido por todos. “Deu para encher a barriga”, diz Maria.

Maranhão. A babá Josiane Pereira Penha mora em uma palafita no bairro Alemanha, às margens do Rio Anil, na periferia de São Luís e nem sempre sabe se terá comida no final do dia.

“Dou graças a Deus quando ainda tem algo para comer”, disse a babá.

O salário de Josiane, de R\$ 600 mensais, garante o sustento da família de oito pessoas –

o pai e seis irmãos. Isso significa uma renda per capita de R\$ 75 ao mês. Quase três vezes menos que o valor da cesta básica em São Luís – R\$ 170,39. Com tão pouco, produtos como arroz, feijão e carne viram supérfluos.

A farinha é o principal ingrediente da dieta da família. “Com farinha nós disfarçamos a fome”,

diz Josiane. O rio ao lado garante alguns peixes. / COLABOROU

WILSON LIMA, DE SÃO LUÍS

Onze milhões de barriga vazia - Cássia Almeida, Clarice Spitz e Isabela Martin – O Globo – Economia – 27/11/2010

A fome ainda assombra 11,2 milhões de brasileiros, praticamente a população da cidade de São Paulo. Mas já foi pior.

Pesquisa sobre segurança alimentar divulgada ontem pelo IBGE mostrou que a parcela da população que sofre com insegurança alimentar grave, quando as famílias não conseguem pôr comida em casa todos os dias, caiu de 8,2% em 2004, correspondendo a 14,856 milhões de pessoas, para 5,8% em 2009.

A ampliação do alcance do programa de transferência de renda Bolsa Família, que subiu de 6,6 milhões de famílias em 2004, para 12,3 milhões em 2009, é um dos principais motivos para a redução no quadro de fome no país. Aliada ao aumento real do salário mínimo que foi de 28,5% nesse período ajuda a explicar essa queda na insegurança alimentar, considerada bastante expressiva pelos especialistas.

— A única meta a se perseguir é zerar a insegurança alimentar grave — diz Márcia Quintslr, coordenadora de Trabalho e Rendimento do IBGE.

Francisco Menezes, diretor do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) e membro do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), vê “um progresso visível e relevante”: — Esse progresso não acontece do dia para noite. Sabemos que a pobreza extrema, com renda per capita de um quarto do salário mínimo, está intimamente ligada à insegurança alimentar. O benefício do Bolsa Família, em média, é de R\$95.

Para as famílias nessas condições mais vulneráveis, deveria se pensar em elevar o valor transferido.

O especialista reconhece que o programa está bem focado, chegando “perto dos que sofrem com a insegurança alimentar”. O secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento Social, Rômulo Paes Sousa, achou significativa a redução do contingente de famílias em estado de insegurança alimentar grave. O número de domicílios nessa situação caiu de 3,6 milhões em 2004 para 2,9 milhões em 2009:

— Houve queda de 50% na insegurança alimentar entre as famílias com renda até um quarto do salário mínimo. É uma mudança importante num período de tempo muito curto. Houve ganhos substanciais principalmente para as mulheres e negros, no Nordeste e no Norte.

Quando crianças choram de fome, mãe vai às ruas pedir: ‘Trago nem que seja pão seco’ Segundo o secretário-executivo, ainda há três milhões de famílias a serem atendidas pelo Bolsa Família. E atendê-las é uma meta imediata, diz Sousa.

— São famílias que não têm domicílio permanente, documentos, são populações indígenas e quilombolas. É importante que a presidente Dilma (Rousseff) tenha elegido a erradicação da pobreza extrema como meta principal.

Grávida de cinco meses do nono filho, a fome ronda a casa de Rejane Ferreira Domingues, de 37 anos, em Bom Jardim, periferia de Fortaleza. O marido, o pedreiro Jonas da Silva Maciel, está desempregado. Além dos R\$134 do Bolsa Família, o que entra vem de bicos lavando roupa ou fazendo faxina. Antes de receber o Bolsa Família, há dois anos, a situação era pior. Muitas vezes só faziam uma única refeição por dia.

Quando consegue um bico, Rejane sai cedo e só volta à tarde. Nesses dias, as crianças já ficam sem almoçar porque não tem quem faça. Em compensação, a mesa fica mais farta na volta com as doações das patroas.

— Elas me dão comida e eu faço arroz, feijão, macarrão. A gente come por dois dias — diz ela. — Gosto de fazer assim porque, no dia que falta, as crianças estão fortes para aguentar.

Rejane vive com quatro dos nove filhos e o marido numa casa de um único cômodo às margens de um canal. As crianças ficam a maior parte do tempo na escola e voltam para casa já alimentadas. Mas, quando acontece de faltar comida e as crianças chorarem de fome, Rejane ganha as ruas e pede. Nunca volta de mãos vazias, segundo

ela.

— Trago nem que seja pão seco — diz.

— APESAR DA FOME, POPULAÇÃO AVANÇA NO CONSUMO DE BENS,
na página 38

Maranhão e Santa Catarina são os dois contrastes da fome no Brasil – Raimundo Garrone e Juraci Perboni – O Globo – Economia – 27/11/2010

SÃO LUÍS e FLORIANÓPOLIS. A fome é um retrato da desigualdade também entre os estados. Enquanto em Santa Catarina, 85,2% das famílias têm a garantia de alimentação de qualidade, no Maranhão, essa parcela chega a apenas 35,4%, quase a metade da média nacional de 69,8%.

Na fruteira da empregada doméstica e zeladora Zorailde Marinho, moradora de Florianópolis, na comunidade do Morro da Caixa, há maçãs, bananas e laranjas. As frutas são parte da alimentação diária da família, marido e dois dos três filhos. A família faz todas as refeições em casa e gasta um terço da renda de quase R\$3 mil no supermercado. — A alimentação é sempre prioridade. No início do mês faço uma grande compra de alimentos, produtos de higiene e limpeza.

E, a cada semana, compro frutas, verduras, legumes e carnes — diz.

Em São Luís, no Maranhão, o colorido das frutas passa longe. Enquanto mexe com uma colher velha a galinha que sobrou do dia anterior, Jeane Corrêa, com cinco filhos, diz que procura não pensar no que vai comer no dia seguinte. Jeane vende produtos de beleza, recebe pensão de um ex-companheiro e mais R\$112 do Bolsa Família.

— É uma felicidade quando consigo garantir o que comer — diz Jeane que mora numa área invadida do Jaracaty, área nobre de São Luís, mas que não tem saneamento básico.

Crianças, pretos e mulheres: as maiores vítimas - Cássia Almeida e Efrém Ribeiro – O Globo – Economia – 27/11/2010

RIO e TERESINA. A fome no Brasil atinge mais as crianças, as mulheres e os pretos. Entre os brasileiros com até 4 anos de idade, 7,5% sofrem de insegurança alimentar grave. Na faixa etária de 5 a 17 anos, 8,3% estão nessa situação. Entre os idosos (65 anos ou mais), apenas 3,6% estão tão próximos da fome. Nos domicílios onde há crianças e adolescentes (até 18 anos), há insegurança alimentar grave ou moderada em 17,5% dos que são chefiados por mulheres — quando o homem é o chefe da família, cai para 11,5%.

Mas é na cor que a diferença é mais gritante. Entre os brancos, a insegurança moderada ou grave está em 7,5% dos domicílios. Entre os pretos, isso é mais que o dobro: 19,2%.

Na casa de Juliana Fernanda da Silva, de 5 anos, em São Domingos, na zona rural de Teresina, o almoço, na quinta-feira passada, era feijão e arroz. O jantar, incerto: a despensa tinha um pouco de arroz e flocos de milho para o cuscuz do café da manhã seguinte. Sua mãe, Maria de Fátima da Silva, de 40 anos, é negra e solteira. Na casa vivem ainda as irmãs de Maria de Fátima, Ana Maria Ferreira da Silva, de 49 anos, e Maria Anezina, de 23 anos. Todas sem renda.

— Quando cortaram meu benefício depois que um perito do INSS disse que eu estava boa para trabalhar, ficamos comendo e vivendo da ajuda dos meus irmãos — conta Ana Maria.

— Me dói muito quando minha filha quer tomar café com cuscuz e manteiga. Ela gosta muito de manteiga. Nós dizemos que não podemos comprar e ela já está se acostumando — disse Maria de Fátima.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei, Ademir A. Cazella e Claudia Job Schmitt

Assistentes de Pesquisa

Karina Kato, Silvia Zimmermann, Catia Grisa e Valdemar João Wesz Junior

Secretária

Diva de Faria

**op
pa** **Observatório de Políticas
Públicas para a Agricultura**

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa

Apoio



actionaid



Ministério do
Desenvolvimento Agrário

